

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES, EXCETO TIC**  
**LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**








**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**7º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO**  
**REGIMENTO BRIGADEIRO VASCO ALVES PEREIRA**





**TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO SRP Nº 01/2026**  
**(Processo Administrativo nº 64677.007817/2025-03)**





**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**








- 1.1. Abertura de pregão eletrônico para aquisição de material de construção, com objetivo de atender as necessidades do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado e da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.




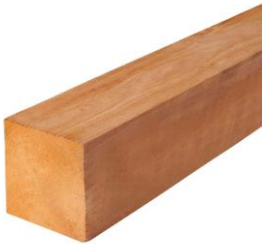
ITEM	CAT MAT / DESCRIÇÃO	UNID FORN	QTD 7º RC MEC	REQ. MÍN.	REQ. MÁX.	QTD 2ª BIAAAe	REQ. MÍN.	REQ. MÁX.	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL	MATERIAL
1	238506 - Adesivo Uso Geral Material: A Base De Policloroprene, Características Adicionais: Adesivo De Contato Extraforte 200g, Aplicação: Couro/Madeira/Compensado/Fibras Naturais/Fibras	Unidade	20	5	20	8	5	8	28	R\$ 25,89	R\$ 724,92	
2	266502 - Adesivo Veda-Calha Aspecto Físico: Pastoso, Aplicação: Calhas, Telhas, Rufos, Pingadeira	Bisnaga 280 Gramas	50	5	50	25	5	25	75	R\$ 26,90	R\$ 2.017,50	





3	374649 - Aditivo Componente Básico: Polissacarídeos, Aspecto Físico: Líquido, Cor: Verde Escuro, Aplicação: Concreto Para Construção, Características Adicionais: Plastificante	Litro	200	4	200	80	4	80	280	R\$ 31,10	R\$ 8.708,00	
4	217176 - Porta-Cadeado Material: Ferro, Tratamento Superficial: Zincado; Características Adicionais: 2 2/1 POL	Unidade	200	14	200	100	14	100	300	R\$ 10,49	R\$ 3.147,00	
5	233561 - Arame Farpado Material: Aço, Bitola: 16 BWG, Comprimento: 500 M, Peso: 20,70 KG, Diâmetro: 1,60 MM, Carga Ruptura: 350 KGF, Tratamento Superficial: Galvanizado	Unidade	15	1	15	5	1	5	20	R\$ 387,93	R\$ 7.758,60	

6	471741 - Arame Galvanizado Material: Metal, Tipo: Nº 14, Diâmetro Fio: 2,10 MM	Quilogram a	20	5	20	5	5	5	25	R\$ 24,98	R\$ 624,50	
7	310137 - Arame Material: Cobre Recozido, Bitola: 1,47 MM	Quilogram a	120	5	120	50	7	50	170	R\$ 19,40	R\$ 3.298,00	
8	216954 - Areia Tipo: Lavada, Granulometria: Média	Metro Cúbico	60	1	60	20	1	20	80	R\$ 199,98	R\$ 15.998,40	
9	216953 - Areia Tipo: Lavada, Granulometria: Fina	Metro Cúbico	60	1	60	15	1	15	75	R\$ 180,35	R\$ 13.526,25	


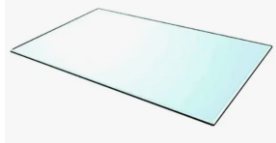

10	216955 - Areia Tipo: Lavada, Granulometria: Grossa	Metro Cúbico	60	1	60	15	1	15	75	R\$ 182,00	R\$ 13.650,00	
11	441237 - Argamassa Composição: Cimento, Calcário E Aditivos, Cor: Branca, Características Adicionais: Colante De Uso Interno, Tipo: Ac II	Saco 20 Quilogram a	300	4	300	120	4	120	420	R\$ 33,85	R\$ 14.217,00	
12	347803 - Argamassa Externa Ac II, Saco Com 20 Kg, Aplicação Revestimento Cerâmico Em Áreas Externas.	Saco 20 Quilogram a	400	4	400	150	4	150	550	R\$ 32,90	R\$ 18.095,00	
13	616640 - Argamassa Composição: Cimento, Agregados Minerais E Aditivos Químicos, Cor: Branca, Tipo: Ac Iii, uso em área Externa/Interna	Saco 20 Quilogram a	400	4	400	180	4	180	580	R\$ 35,88	R\$ 20.810,40	


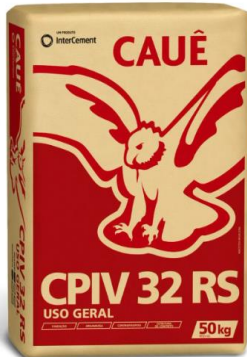
14	471797 - Argamassa Interna Ac I, Saco Com 20 Kg, Aplicação Revestimento Cerâmico E Assentamentos De Pisos Em Áreas Internas.	Saco 20 Quilogram a	400	4	400	150	5	150	550	R\$ 28,00	R\$ 15.400,00	
15	315173 - Argamassa Composição: Cimento, Agregados Minerais E Aditivos, Aplicação: Assentamento De Cerâmica Em Paredes E Piso, Características Adicionais: Colante De Uso Externo, Apresentação: Pó, Tipo: Ac Iii, Normas Técnicas: Nbr 14081	Saco 20 Quilogram a	300	4	300	120	4	120	420	R\$ 36,00	R\$ 15.120,00	
16	392379 - Botão Tipo: Francês, Material: Metal Cromado, Formato: Circular, Aplicação: Fixação Vidro/Espelho	Unidade	100	20	100	30	20	30	130	R\$ 3,50	R\$ 455,00	
17	602767 - Brita Material: Pedra Moída, Tamanho: Brita 0, Aplicação: Jardim Residencial/Público 602767 - Brita Material: Pedra Moída, Tamanho: Brita 0	Metro Cúbico	45	5	45	15	1	15	60	R\$ 202,59	R\$ 12.155,40	<div> <div> Brita 00  </div> <div> Brita 01  </div> <div> Brita 02  </div> <div> Brita 03  </div> </div>



18	216959 - Brita Material: Rocha Triturada, Tamanho: Brita 3	Metro Cúbico	45	5	45	15	1	15	60	R\$ 269,89	R\$ 16.193,40	
19	216957 - Brita Material: Rocha Triturada, Tamanho: Brita 1	Metro Cúbico	45	5	45	15	1	15	60	R\$ 180,00	R\$ 10.800,00	
20	216958 - Brita Material: Rocha Triturada, Tamanho: Brita 2	Metro Cúbico	45	5	45	15	1	15	60	R\$ 230,55	R\$ 13.833,00	
21	457426 - Caibro, Material: Madeira Uso: Construção, Largura: 8 Cm, Espessura: 8 Cm; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	Metro	900	10	900	300	6	300	1.200	R\$ 22,50	R\$ 27.000,00	





22	471803 - Caibro Material: Madeira, Largura: 12 CM, Espessura: 5 CM; Comprimento: 5,50; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	Unidade	1.000	2	1.000	400	2	400	1.400	R\$ 54,90	R\$ 76.860,00	
23	466170 - Caibro Material: Madeira, Largura: 5 CM, Espessura: 5 CM; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	Metro	1.500	10	1.500	500	10	500	2.000	R\$ 14,00	R\$ 28.000,00	
24	480851 - Caibro Material: Madeira Uso: Construção, Largura: 8 CM, Espessura: 6 CM; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	Metro	900	10	900	300	6	300	1.200	R\$ 22,50	R\$ 27.000,00	
25	320920 - Cal Hidratada Aspecto Físico: Pó, Cor: Branca, Aplicação: Construção Civil, Composição: Ca (Oh2), Peso Molecular: 74 G/MOL, Características Adicionais: Alto Teor De Cálcio, Pouco Solúvel, 2 Anos Validade, Classificação: Ch3	Saco 20 Quilogram a	400	4	400	150	5	150	550	R\$ 28,00	R\$ 15.400,00	









26	255402 - Cal Viva Material: Óxido Cálcio, Cor: Branca, Apresentação: Pó, Aplicação: Construção Em Geral	Saco 20 Quilogram a	100	4	100	50	7	50	150	R\$ 20,00	R\$ 3.000,00	
27	254261 - Chapa De Vidro Material: Vidro, Cor: Incolor, Espessura: 3 MM, Características Adicionais: Cristal Liso	Metro Quadrado	50	1	50	20	1	20	70	R\$ 150,00	R\$ 10.500,00	
28	254262 - Chapa De Vidro Material: Vidro, Cor: Incolor, Espessura: 4 MM, Características Adicionais: Cristal Liso	Metro Quadrado	40	1	40	20	1	20	60	R\$ 195,31	R\$ 11.718,60	




29	373691 - Cimento Portland Material: Clinker + Gesso, Tipo: Cpii - Z32; de Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca Votoran e Cauê; Características adicionais: Cimento para Construção;  De qualidade semelhante, equivalente ou superior à marca Votoran ou Cauê	Saco 50 Quilogram a	400	2	400	200	2	200	600	R\$ 54,00	R\$ 32.400,00	
30	233636 - Cimento Portland Material: Pozolânico, Tipo: Cpiv-32; de Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca Votoran e Cauê; Características adicionais: Cimento para Construção;  De qualidade semelhante, equivalente ou superior à marca Votoran ou Cauê	Saco 50 Quilogram a	400	2	400	200	2	200	600	R\$ 52,40	R\$ 31.440,00	





31	282967 - Cola, Frasco 1 Kg, Adesivo Fabricado À Base De Pva Dispersão Aquosa, Odor Suave, Aplicação Colagens De Alto Desempenho, Principalmente De Artefatos De Madeira, Laminados Plásticos, Papel, Papelão; De qualidade semelhante, equivalente ou superior à marca Cascola	Frasco 1 Quilogram a	150	5	150	10	4	10	160	R\$ 33,58	R\$ 5.372,80	
32	347544 - Cola Composição: Acético E Silicone, Cor: Incolor, Aplicação: Cerâmica, Tipo: Líquido 280g;	Unidade	300	5	300	120	5	120	420	R\$ 28,96	R\$ 12.163,20	

33	473176 - Dobradiça Porta Material: Latão, Altura: 3 POL, Largura: 2 1/2 POL	Unidade	100	10	100	40	21	40	140	R\$ 7,00	R\$ 980,00	
34	441348 - Dobradiça Zincada, 3 1/2 Pol, Fabricado Em Aço Relaminado A Frio, Dureza Entre 75hrb E 89 Hrb, Quantidade De Furos 6, Indicada Para Portas Que Pesem Entre 0,55 Kg E 34 Kg. Tipo Pino: Solto	Unidade	100	10	100	40	10	40	140	R\$ 12,90	R\$ 1.806,00	
35	441344 - Dobradiça Material: Aço Galvanizado, Tamanho: 1 1/2 X 2 1/2 POL, Tipo Pino: Solto	Unidade	60	10	60	40	12	40	100	R\$ 11,95	R\$ 1.195,00	
36	446838 - Espaçador Material: Plástico Rígido, Largura: 1,5 MM, Aplicação: Piso / Parede, Tipo: Fixo	Pacote 100 Unidade	50	10	50	20	20	20	70	R\$ 7,00	R\$ 490,00	




37	343113 - Espaçador Material: Plástico Rígido, Largura: 2 MM, Aplicação: Revestimento Cerâmico, Tipo: Fixo	Pacote 100 Unidade	50	10	50	20	20	20	70	R\$ 7,00	R\$ 490,00	
38	293625 - Espaçador Material: Plástico Rígido, Largura: 3 MM, Aplicação: Revestimento Cerâmico, Tipo: Fixo	Pacote 100 Unidade	50	10	50	20	20	20	70	R\$ 6,50	R\$ 455,00	
39	307565 - Espelho Material: Vidro Cristal, Formato: Retangular, Espessura: 4 MM, Comprimento: 60 CM, Largura: 45 CM, Características Adicionais: Moldura Em Alumínio	Unidade	80	1	80	20	1	20	100	R\$ 149,80	R\$ 14.980,00	
40	485641 - Espelho Material: Vidro, Formato: Retangular, Espessura: 4 MM, Comprimento: 60 CM, Largura: 40 MM, Características Adicionais: Bisotado, 4 Fixadores Redondos Inox, Sem Moldura	Unidade	80	1	80	20	1	20	100	R\$ 134,34	R\$ 13.434,00	




41	389890 - Espuma Material: Poliuretano, Aspecto Físico: Spray, Aplicação: Vedação Superfícies Lisas E Porosas, Características Adicionais: Expansiva e Com Bico Aplicador	Tubo 500 Mililitro	150	5	150	50	5	50	200	R\$ 25,90	R\$ 5.180,00	
42	343460 – Fechadura, <b>Tipo Externa</b> , Material Caixa E Trinco De Aço, Acabamento Superficial Cromado, Material Falsa Testa Latão, Com 2 Chaves E Trinco Reversível, Material Maçaneta Alavanca Latão, Tipo Cilindro Monobloco Latão, Tipo Externa, Aplicação Porta; de Qualidade Superior ou Equivalente A Marca Pado, Papaiz ou Soprano.	Unidade	150	2	150	40	2	40	190	R\$ 70,27	R\$ 13.351,30	



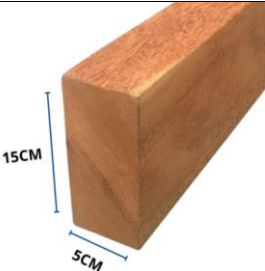

43	354740 - Fechadura Material Caixa: Aço Acabamento Superficial: Cromado Componentes: 2 Chaves Em Latão Niquelado Características Adicionais: Maçaneta Tipo Alavanca <b>Tipo: Interna</b> Aplicação: Porta; Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca A Marca Pado, Papaiz ou Soprano.	Unidade	150	2	150	40	2	40	190	R\$ 63,48	R\$ 12.061,20	
44	601072 - Forro Pvc - Canto União Externo Para Acabamento Nobre Pvc, Espessura 10mm, Altura Visível Da Peça 3,80 Cm, Cor Branca, Material Antichama. De Similar Ou Superior Qualidade Que A Marca Plasbil	Unidade	100	15	100	50	23	50	150	R\$ 5,18	R\$ 777,00	
45	601071 - Forro Pvc - Canto União Interno Para Acabamento Nobre Pvc, Espessura 10 mm, Altura Visível Da Peça 3,80 Cm, Cor Branca, Material Antichama; de Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca Plasbil	Unidade	100	15	100	50	23	50	150	R\$ 4,99	R\$ 748,50	

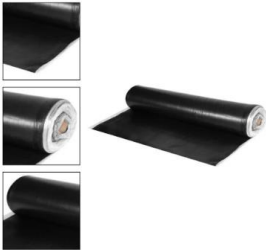


46	247318 - Forro Pvc -Espessura 10 mm, Largura 200 mm, Comprimento 6 Metros, De Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca Plasbil	Metro Quadrado	500	2	500	250	2	250	750	R\$ 47,60	R\$ 35.700,00	
47	601466 - Moldura Teto Material: Pvc, Formato: Cimalha, Uso: Colocação De Forro Em Teto E Parede, Comprimento: 6m; de Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca Plasbil	Unidade	400	2	400	200	3	200	600	R\$ 45,90	R\$ 27.540,00	
48	480500 - Forro Teto Material: Madeira Pinus, Comprimento: 3.000 MM, Largura: 100 MM, Espessura: 10 MM, Tipo: Lambril, Cor: Natural, Aplicação: Forro Teto	Metro Quadrado	400	2	400	150	2	150	550	R\$ 46,41	R\$ 25.525,50	
49	444253 - Janela, Material: Aço, Tipo Basculante, Comprimento: 60 Cm, Largura: 60 Cm, Característica Adicionais: Três Vidros.	Unidade	20	1	20	8	1	8	28	R\$ 190,00	R\$ 5.320,00	










50	380303 - Janela; Material: Aço; Tipo: Maxim-Air; Largura: 0,60 M; Altura: 0,60 M	Unidade	20	1	20	5	1	5	25	R\$ 319,98	R\$ 7.999,50	
51	308650 - Janela Material: Alumínio, Tipo: 2 Bandeiras Móveis, Largura: 1,10 M, Espessura: 16 MM, Altura: 1 M, Acabamento Superficial: Anodizado	Unidade	20	1	20	10	1	10	30	R\$ 237,99	R\$ 7.139,70	
52	480176 - Janela; Material: Alumínio; Comprimento: 1 M; Tipo: Pré-Fabricada; Largura: 1,50 M; Características Adicionais: 2 Folhas Fixas, 2 Folhas De Correr, Com Vidro Liso	Unidade	20	1	20	8	1	8	28	R\$ 451,44	R\$ 12.640,32	







53	231478 - Lona Plástica Espessura: 0,15 MM, Largura: 8 M, Comprimento: 100 M, Cor: Preta, Aplicação: Proteção Pisos E Outros Materiais Em Reformas., Material: Plástico Sintético	Rolo 100 Metro	15	1	15	5	1	5	20	R\$ 1.234,92	R\$ 24.698,40	
54	231480 - Lona Plástica Espessura: 0,15 MM, Largura: 4 M, Comprimento: 100 M, Cor: Preta, Aplicação: Proteção Pisos E Outros Materiais Em Reformas., Material: Plástico Sintético	Rolo 100 Metro	15	1	15	5	1	5	20	R\$ 243,90	R\$ 4.878,00	
55	370253 - Caibro Material: Madeira, Uso: Telhado, Largura: 10 CM, Espessura: 8 CM; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	Metro	900	10	900	480	7	480	1.380	R\$ 20,00	R\$ 27.600,00	




56	277527 - Madeira Construção, Formato: Caibro, Largura: 45 MM, Espessura: 45 MM, Acabamento: Aparelhada;  Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	Metro	900	10	900	480	5	480	1.380	R\$ 24,99	R\$ 34.486,20	
57	486206 - Madeira Construção, Formato: Barrote, Características Adicionais: 10cm x 5cm;  Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	Metro	900	10	900	480	5	480	1.380	R\$ 27,99	R\$ 38.626,20	
58	486205 - Madeira Construção, Formato: Barrote, Características Adicionais: 15cm x 5cm;  Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	Metro	1.000	10	1.000	500	6	500	1.500	R\$ 24,00	R\$ 36.000,00	
59	444335 - Madeira Construção, Formato: Caibro, Largura: 5 CM, Espessura: 7 CM;  Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	Metro	600	10	600	300	7	300	900	R\$ 19,90	R\$ 17.910,00	

60	318404 - Manta Asfáltica Composição: Asfalto Modificado Com Polímeros Especiais, Não Te, Apresentação: Rolo, Comprimento: 10 M, Largura: 1 M, Espessura: 3 MM, Aplicação: Impermeabilização E Revestimento	Rolo 10 Metro	25	1	25	10	1	10	35	R\$ 374,00	R\$ 13.090,00	
61	356009 - Massa Corrida Tempo Secagem: 4 H, Composição Básica: Emulsão Acrílica Estirenada, Solubilidade: Água	Lata 18 Litro	20	1	20	10	1	10	30	R\$ 154,85	R\$ 4.645,50	
62	223504 - Massa Corrida Método Aplicação: Com Espátula E Desempenadeira, Tempo Secagem: 3 H, Composição Básica: Pva - Policloreto De Vinila, Solubilidade: Água, Aplicação: Imperfeição Superfície Interna Para Pintura	Lata 18 Litro	50	1	50	20	1	20	70	R\$ 128,00	R\$ 8.960,00	




63	241760 - Massa De Fixar Vidro Composição Básica: Óleo De Linhaça E Gesso, Aplicação: Vedação E Colocação De Vidros	Quilogram a	40		40	10	7	10	50	R\$ 20,00	R\$ 1.000,00	
64	249186 - Mourão Concreto Aplicação: Cerca Tela, Comprimento Total: 3,00 M, Comprimento Fora Solo: 2,50 M, Carga Útil: 100 KG, Carga Ruptura: 150 KG, Peso: 42 KG, Características Adicionais: Ponta Inclinada Com 50 Cm	Unidade	40	1	40	10	1	10	50	R\$ 106,99	R\$ 5.349,50	
65	452457 - Mourão Madeira Tipo Madeira: Eucalipto Vermelho, Comprimento: 220 CM, Diâmetro Mínimo: 150 MM, Diâmetro Máximo: 250 MM, Características Adicionais: Madeira Tratada	Unidade	30	2	30	8	2	8	38	R\$ 64,34	R\$ 2.444,92	





66	602554 - Porta-Cadeado Material: Metal Tratamento Superficial: Zincado Comprimento: 5 Pol Características Adicionais: Fecho Chato, Com Porta Cadeado	Unidade	40	10	40	10	10	10	50	R\$ 13,99	R\$ 699,50	
67	600871 - Porta-Cadeado Material: Aço, Tratamento Superficial: Zincado, Comprimento: 63,5 MM, Características Adicionais: Acompanha 5 Parafusos Para Fixação	Unidade	200	10	200	80	35	80	280	R\$ 4,02	R\$ 1.125,60	
68	621840 - Porta-Cadeado Material: Aço, Tratamento Superficial: Zincado, Comprimento: 110 MM, Características Adicionais: Acompanha 5 Parafusos Para Fixação	Unidade	100	10	100	50	13	50	150	R\$ 10,39	R\$ 1.558,50	
69	444582 - Pregos Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Acabamento Superficial: Galvanizado, Bitola: 17X27	Pacote 1 Quilogram a	50	1	50	30	6	30	80	R\$ 21,50	R\$ 1.720,00	



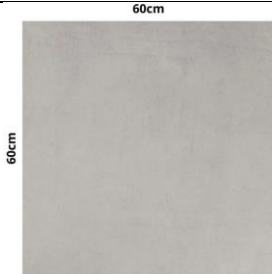

70	238186 - Pregos Com Cabeça Material: Arame Para Pregos, Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Diamante, Acabamento Superficial: Polido, Bitola: 18 X 24	Pacote 1 Quilograma	50	1	50	30	7	30	80	R\$ 20,03	R\$ 1.602,40	
71	333253 - Pregos Com Cabeça Material: Aço Carbono, Tipo Cabeça: Liso, Tipo Ponta: Comum, Bitola: 19X36	Pacote 1 Quilograma	30	1	30	20	5	20	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00	 <div data-bbox="2004 443 2123 657"> <p><b>19 x 36 Bitola</b> (2,5 mm x 62 mm)</p>  <p><b>COM CABEÇA</b></p> </div>
72	214390 - Pregos Cabeça Dupla, 18 X 27, Com Quantidade Aproximada De 206 Pregos Por Quilo. O Padrão Métrico Oficial Deve Ser O Definido Pela Norma Nbr 6627.	Pacote 1 Quilograma	30	1	30	20	7	20	50	R\$ 20,80	R\$ 1.040,00	 <div data-bbox="2004 694 2123 901"> <p><b>18 x 27 Bitola</b> (2,5 mm x 62 mm)</p>  <p><b>COM CABEÇA DUPLA</b></p> </div>
73	214389 - Pregos Com Cabeça Dupla Material: Arame Para Pregos, Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada, Distância Entre Cabeças: 5 MM, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Diamante, Acabamento Superficial: Polido, Bitola: 18 X 30	Pacote 1 Quilograma	30	1	30	20	7	20	50	R\$ 20,90	R\$ 1.045,00	




74	443410 - Prego Com Cabeça Material: Arame, Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Diamante, Acabamento Superficial: Polido, Bitola: 25 X 72	Pacote 1 Quilograma	10	1	10	5	5	5	15	R\$ 23,67	R\$ 355,05	
75	444584 - Prego Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Acabamento Superficial: Galvanizado, Bitola: 18X30	Pacote 1 Quilograma	50	1	50	25	5	25	75	R\$ 24,98	R\$ 1.873,50	
76	373307 - Prego Com Cabeça Material: Aço Carbono, Tipo Cabeça: Liso, Tipo Ponta: Comum, Bitola: 10X10	Pacote 1 Quilograma	40	1	40	20	6	20	60	R\$ 23,66	R\$ 1.419,60	

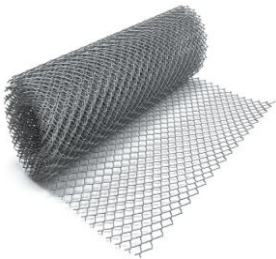

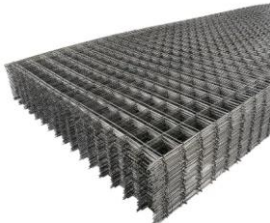


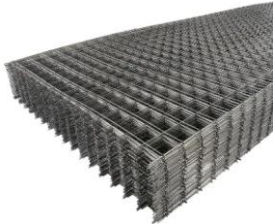



77	444585 - Prego Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Acabamento Superficial: Galvanizado, Bitola: 19X39	Pacote 1 Quilogram a	50	1	50	25	5	25	75	R\$ 24,50	R\$ 1.837,50	
78	214464 - Prego Telheiro Galvanizado Com Borracha De Vedação Para Telha Metálica E Fibrocimento, 18 X 36 Corpo Espiralado. Características Adicionais: Pacote 500g	Pacote 1 Quilogram a	50	1	50	15	5	15	65	R\$ 24,98	R\$ 1.623,70	
79	214460 - Prego Telheiro Galvanizado Com Borracha De Vedação Para Telha Metálica E Fibrocimento, 18x27, Corpo Espiralado. Características Adicionais: Pacote 500g	Pacote 1 Quilogram a	50	1	50	15	7	15	65	R\$ 19,98	R\$ 1.298,70	





80	233376 - Argamassa Composição: Cimento, Calcário E Aditivos, Cor: Branca, Aplicação: Rejunte De Placas Cerâmicas Em Pisos E Paredes, Características Adicionais: Antifungos E Impermeável	Saco 1 Quilogram a	100	2	100	40	14	40	140	R\$ 10,19	R\$ 1.426,60	
81	400913 - Argamassa Composição: Cimento Portland, Agregados Minerais, Pigmentos; Tipo: Rejunte, Cor: Cinza	Saco 1 Quilogram a	100	2	100	40	14	40	140	R\$ 10,30	R\$ 1.442,00	
82	483687 - Revestimento Piso Material: Cerâmica, Aplicação: Pisos Em Geral, Largura: 50 CM, Comprimento: 50 CM, Características Adicionais: Esmaltado, Padrão: Pei 4	Metro Quadrado	400	2	400	250	3	250	650	R\$ 39,90	R\$ 25.935,00	
83	610902 - Revestimento Piso Material: Cerâmica, Aplicação: Pisos Em Geral, Largura: 60 CM, Comprimento: 60 CM	Metro Quadrado	400	2	400	250	3	250	650	R\$ 41,90	R\$ 27.235,00	





84	600788 - Revestimento Cerâmico, Classe Abrasão:Pei 4, Cor:Bege, Comprimento:40 Cm, Largura:40 Cm, Aplicação:Pisos Em Geral	Metro Quadrado	400	2	400	220	3	220	620	R\$ 42,30	R\$ 26.226,00	
85	298332 - Revestimento Cerâmico Classe Abrasão: Pei 4, Cor: Gelo, Comprimento: 30 CM, Largura: 30 CM, Aplicação: Pisos Em Geral, Características Adicionais: Antiderrapante	Metro Quadrado	400	2	400	220	3	220	620	R\$ 34,90	R\$ 21.638,00	
86	621544 - Revestimento Piso Material: Porcelanato Largura: 60 CM Comprimento: 60 CM Acabamento: Natural Cor Básica: Cinza	Metro Quadrado	400	2	400	200	3	200	600	R\$ 38,76	R\$ 23.256,00	
87	227093 - Ripa Material: Madeira, Espécie: Eucalipto, Comprimento: 2,50 M, Largura: 5 CM, Espessura: 2 CM	Unidade	200	10	200	100	5	100	300	R\$ 24,70	R\$ 7.410,00	

88	610569 - Ripa Material: Madeira, Espécie: Eucalipto, Comprimento: 3 Metros, Largura: 5 CM, Espessura: 2,5 CM	Unidade	200	10	200	100	5	100	300	R\$ 24,04	R\$ 7.212,00	
89	433168 - Rodapé Material: Madeira, Acabamento: Boleado, Aplicação: Construção, Espessura: 2,50 CM, Altura: 7 CM	Metro	1.000	10	1.000	250	6	250	1.250	R\$ 18,00	R\$ 22.500,00	
90	446761 - Silicone Poliuretano Pu36, Cor Cinza, Tubo Com 310 ML/365g, Composição Básica Polímeros Sintéticos, Cargas Minerais E Isocianato, Aplicação Colagem E Vedação De Juntas.	Tubo 300 Grama	50	4	50	30	7	30	80	R\$ 20,53	R\$ 1.642,40	





91	250193 - Tela Metálica, Material: Arame Galvanizado, Tipo Tela: Alambrado, Tipo Abertura Malha: Losangular, Tamanho Abertura Malha: 2 Pol, Diâmetro Fio: 12, Comprimento: 20 M, Altura: 2 M	Rolo 20 Metro	25	1	25	10	1	10	35	R\$ 1.424,72	R\$ 49.865,20	
92	213846 - Tela Metálica, Material: Arame Galvanizado, Tipo Tela: Alambrado, Tipo Abertura Malha: Retangular, Tamanho Abertura Malha: 5x10 CM, Diâmetro Fio: 1,90mm, Comprimento: 25 M, Altura: 2 M	Rolo 25 Metro	50	1	50	20	1	20	70	R\$ 588,05	R\$ 41.163,50	
93	472732 - Tela Metálica; Material: Aço Ca-60; Altura: 3 M; Aplicação: Construção Civil; Comprimento: 2 M; Tipo Tela: Soldada; Abertura Malha: Nervurada; Tamanho Abertura Malha: 15cm X 15 Cm; Diâmetro Fio: 4,20 mm	Unidade	50	1	50	10	1	10	60	R\$ 131,90	R\$ 7.914,00	




94	602738 - Tela Metálica; Material: Aço; Tipo Tela: Soldada; Tipo Abertura Malha: Nervurada; Tamanho Abertura Malha: 10 X 10 Cm; Diâmetro Fio: 4,20 mm; Comprimento: 3 M; Aplicação: Concreto Armado; Largura: 2 M	Unidade	100	1	100	25	1	25	125	R\$ 144,95	R\$ 18.118,75	
95	273792 - Tela Náilon Largura: 1,50 M, Aplicação: Mosquiteiro, Cor: Branca	Rolo 50 Metro	7	1	7	3	1	3	10	R\$ 295,99	R\$ 2.959,90	
96	369780 - Tela Náilon Largura: 1,50 M, Aplicação: Mosquiteiro, Cor: Preta	Rolo 50 Metro	7	1	7	3	1	3	10	R\$ 235,00	R\$ 2.350,00	
97	311125 - Tela Náilon Largura: 1,50 M, Tipo: Mosquiteiro, Cor: Verde	Rolo 50 Metro	7	1	7	3	1	3	10	R\$ 236,00	R\$ 2.360,00	




98	624450 - Tela; Material: Polietileno Alta Densidade; Largura: 3 M; Cor: Preta; Aplicação: Sombreamento Em Estufa Agrícola; Características Adicionais: 80% De Sombreamento; Comprimento: 50 M	Rolo 50 Metro	6	1	6	4	1	4	10	R\$ 564,30	R\$ 5.643,00	
99	614486 - Tela; Material: Polietileno; Largura: 3 M; Cor: Preta; Aplicação: Sombreamento; Características Adicionais: 50% De Sombreamento	Rolo 50 Metro	6	1	6	4	1	4	10	R\$ 384,00	R\$ 3.840,00	
100	237552 - Telha Material: Fibrocimento, Tipo: Ondulada, Comprimento: 213 CM, Largura: 110 CM, Espessura: 6 MM	Unidade	200	8	200	120	1	120	320	R\$ 86,00	R\$ 27.520,00	
101	237554 - Telha Material: Fibrocimento, Tipo: Ondulada, Comprimento: 244 CM, Largura: 110 CM, Espessura: 6 MM	Unidade	200	8	200	100	1	100	300	R\$ 87,79	R\$ 26.337,00	


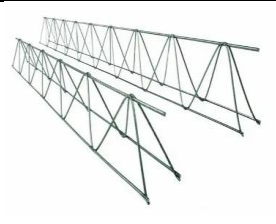

102	611390 - Telha Material: Aluzinco Galvalume, Tipo: Tp 40 Trapezoidal, Comprimento: 6 M, Largura: 1,05 M, Cor: Natural	Unidade	130	4	130	100	1	100	230	R\$ 321,00	R\$ 73.830,00	
103	441549 - Telha Material: Aluzinco, Tipo: Ondulada, Comprimento: 3,00 M, Largura: 1,10	Unidade	200	4	200	100	1	100	300	R\$ 234,90	R\$ 70.470,00	
104	231394 - Tijolo Furado, Material Barro Cozido, Tipo Frisado, Comprimento 24 Cm, Largura 9 Cm, Altura 19 Cm, Selo De Qualidade Psq, Quantidade Furos 8, Tipo De Furo Redondo, Cor Vermelha, Aplicação Construção Civil	Unidade	8.000	100	8.000	3000	100	3000	11.000	R\$ 1,49	R\$ 16.390,00	
105	447914 - Tijolo Maciço, Material Barro Cozido, Comprimento 21 Cm, Largura 10 Cm, Altura 5,5 Cm, Cor Vermelha, Aplicação Construção Civil	Unidade	3.000	100	3.000	1000	100	1000	4.000	R\$ 0,80	R\$ 3.200,00	







106	287375 - Tijolo Material: Barro Cozido, Tipo: Furado, Comprimento: 18 Cm, Largura: 15 Cm, Espessura: 10 Cm, Quantidade Furos: 6 Un, Características Adicionais: Primeira Qualidade	Unidade	8.000	100	8.000	3500	90	3500	11.500	R\$ 1,60	R\$ 18.400,00	
107	447916 - Tijolo Material: Silicato Cálcio, Tipo: Maciço, Comprimento: 23 CM, Largura: 11,4 CM, Espessura: 5,1 CM, Cor: Cinza, Aplicação: Construção Civil, Características Adicionais: Refratário	Unidade	1.000	100	1.000	400	15	400	1.400	R\$ 9,00	R\$ 12.600,00	
108	480867 - Trinco; Material: Aço Zincado; Aplicação: Porta; Tipo Encaixe; Barra Chata; Tipo Trava: Fixada; No Batente; Comprimento: 7,62 Cm; Largura: 40 mm; Quantidade Parafusos: 6 Un; Tipo Pino: Fixado Na Porta.	Unidade	150	10	150	50	17	50	200	R\$ 8,10	R\$ 1.620,00	
109	283833 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12 M, Bitola: 1/2 Pol, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes	Unidade	100	2	100	40	1	40	140	R\$ 88,80	R\$ 12.432,00	

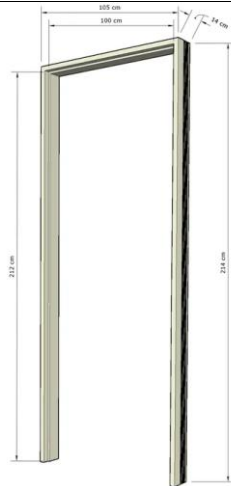

110	236983 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12 M, Bitola: 1/4 Pol, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes	Unidade	150	2	150	80	5	80	230	R\$ 28,90	R\$ 6.647,00	
111	236981 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12 M, Bitola: 3/16 Pol, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes	Unidade	200	2	200	80	9	80	280	R\$ 14,89	R\$ 4.169,20	
112	361471 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Tipo: Ca-60, Comprimento: 12 M, Bitola: 5/16 Pol	Unidade	200	2	200	80	3	80	280	R\$ 40,97	R\$ 11.471,60	




113	300465 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12 M, Aplicação: Construção Civil, Diâmetro: 16 MM	Unidade	50	2	50	25	1	25	75	R\$ 164,70	R\$ 12.352,50	
114	372656 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-60 Bitola: 5 mm	Unidade	150	2	150	60	7	60	210	R\$ 19,18	R\$ 4.027,80	
115	361473 - Vergalhão Armação Concreto; Material: Aço; Tipo: Ca-60; Comprimento: 12 M; Bitola: 3/8 Pol	Unidade	150	2	150	60	2	60	210	R\$ 53,30	R\$ 11.193,00	

116	222615 - Poste Concreto; Material: Concreto Armado, Comprimento Nominal: 7,5 Metros; Poste Padrão RGE, Trifásico com Cabo 16mm; Completo, com Caixa Interna, Cabos de Entrada e Saída.	Unidade	4	1	4	1	1	1	5	R\$ 6.800,00	R\$ 34.000,00	
117	630186 - Armadura Metálica Para Concreto Material: Aço Ca-60, Tipo: Treliza, Comprimento: 6 M, Características Adicionais: Triangular, Composta Por Três Barras	Unidade	100	2	100	30	2	30	130	R\$ 49,90	R\$ 6.487,00	
118	611483 - Forro Teto Material: Pvc, Comprimento: 6 M, Características Adicionais: Emenda Para Forro Pvc, Tipo: H, Aplicação: Forro Teto	Unidade	100	2	100	40	3	40	140	R\$ 38,66	R\$ 5.412,40	



119	471799 - Tábua Madeira tipo: Pinus, Largura: 20 CM, Espessura: 2,5 CM; Comprimento: 3 metros	Unidade	200	5	200	80	4	80	280	R\$ 30,87	R\$ 8.643,60	
120	471798 - Tábua Madeira tipo: Pinus, Largura: 30 CM, Espessura: 2,5 CM; Comprimento: 3 metros	Unidade	200	5	200	80	3	80	280	R\$ 40,97	R\$ 11.471,60	
121	235377 - Madeira Construção Tipo Madeira: pinus, Formato: Tábua, Comprimento: 3 Metros, Largura: 15 CM, Espessura: 2,5 CM	Unidade	200	5	200	80	7	80	280	R\$ 20,60	R\$ 5.768,00	



122	244454 - Marco Madeira; Tipo Madeira: Cedrinho ou Eucalipto Vermelho, Comprimento: 100 x 214 x 11 CM, Espessura: 3 CM, Aplicação: Fixação Portas	Unidade	20	1	20	5	1	5	25	R\$ 190,45	R\$ 4.761,25	
-----	--	---------	----	---	----	---	---	---	----	------------	--------------	---





123	251509 - Marco Madeira; Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Comprimento: 100 x 214 x 14 CM, Espessura: 3 CM, Aplicação: Fixação Portas	Unidade	20	1	20	10	1	10	30	R\$ 239,90	R\$ 7.197,00	
124	480505 - Moldura Teto Material: Madeira, Formato: Meia Cana, Tipo Madeira: Pinus, Largura: 2 CM, Altura: 2 CM, Uso: Colocação De Forro Em Teto E Parede, Comprimento: 3 Metros	Unidade	100	2	100	30	13	30	130	R\$ 11,36	R\$ 1.476,80	



125	628536 - Placa Compensado Tipo: Naval, Tipo Miolo: Lâminas De Madeira, Acabamento Externo: Laminado, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 10 MM	Unidade	140	1	140	60	1	60	200	R\$ 176,18	R\$ 35.236,00	
126	292528 - Placa Compensado Tipo: Naval, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 15 MM	Unidade	100	1	100	60	1	60	160	R\$ 340,01	R\$ 54.401,60	
127	373237 - Placa Compensado Tipo: Comum, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 8 MM	Unidade	60	1	60	40	1	40	100	R\$ 112,53	R\$ 11.253,00	






128	340643 - Placa Compensado Tipo: Naval, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 12 MM	Unidade	100	1	100	80	1	80	180	R\$ 294,41	R\$ 52.993,80	
129	288401 - Porta Tipo: Lisa, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Largura: 72 CM, Altura: 2,10 M, Espessura: 3 CM; Com 1 Jogo de Marco de madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, de 3 CM de Espessura e 17 CM de Largura; Com Jogos De Guarnição em Madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Para os Dois Lados e para a parte Superior; Lado Da Abertura Conforme Necessidade De Pedido.	Unidade	20	1	20	5	1	5	25	R\$ 701,15	R\$ 17.528,75	


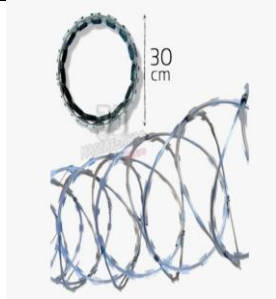

130	<p>288046 - Porta Tipo: Lisa, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Largura: 0,82 M, Espessura: 3 CM, Comprimento: 2,10 M;</p> <p>Com 1 Jogo de Marco de madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, de 3 CM de Espessura e 17 CM de Largura;</p> <p>Com Jogos De Guarnição em Madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Para os Dois Lados e para a parte Superior;</p> <p>Lado Da Abertura Conforme Necessidade De Pedido.</p>	Unidade	15	1	15	5	1	5	20	R\$ 706,93	R\$ 14.138,60	
131	<p>329289 - Porta Tipo: Lisa, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Largura: 100 CM, Altura: 2,10 M, Espessura: 3 CM, Características Adicionais: Internamente Em Madeira Contra Placa;</p> <p>Com 1 Jogo de Marco de madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, de 3 CM de Espessura e 17 CM de Largura;</p> <p>Com Jogos De Guarnição em Madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Para os Dois Lados e para a parte Superior;</p> <p>Lado Da Abertura Conforme Necessidade De Pedido.</p>	Unidade	15	1	15	5	1	5	20	R\$ 525,00	R\$ 10.500,00	






132	462103 - Calha Metálica Material: Chumbo, Comprimento: 2 Metros, Largura: 20 Cm, Características Adicionais: Formato "U"	Unidade	100	2	100	30	1	30	130	R\$ 78,02	R\$ 10.142,60	
133	220760 - Cumeeira De Fibrocimento, Tipo Ondulada Articulado Inferior, Espessura 6 mm, Largura 1,10 Metros, Inclinação 15º, Aplicação Cobertura	Unidade	70	5	70	30	3	30	100	R\$ 42,00	R\$ 4.200,00	
134	327364 - Cumeeira Material: Fibrocimento, Tipo: Ondulada, Inclinação: 10 GRA, Comprimento: 600 MM, Espessura: 6 MM, Largura: 1.100 M.	Unidade	70	5	70	30	2	30	100	R\$ 62,70	R\$ 6.270,00	
135	443742 - Fita Antiderrapante Material: Filme De Poliéster, Largura: 5 CM, Cor: Preta, Comprimento: 30 Metros	Unidade	15	1	15	5	1	5	20	R\$ 85,00	R\$ 1.700,00	

136	<p>611016 – Porta, Tipo: Maciça, Material: Madeira, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Acabamento Superficial: Base Pintura, Largura: 74 CM, Altura: 2,13 M, Características Adicionais:</p> <p>Com 1 Jogo de Marco de madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, de 3 CM de Espessura e 17 CM de Largura;</p> <p>Com Jogos De Guarnição em Madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Para os Dois Lados e para a parte Superior;</p> <p>Lado Da Abertura Conforme Necessidade De Pedido.</p>	Unidade	15	1	15	3	1	3	18	R\$ 1.788,95	R\$ 32.201,10	
137	<p>457441 – Porta, Tipo: Maciça, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Largura: 84 CM Altura: 2,13 M Características Adicionais:</p> <p>Com 1 Jogo de Marco de madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, de 3 CM de Espessura e 17 CM de Largura;</p> <p>Com Jogos De Guarnição em Madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Para os Dois Lados e para a parte Superior;</p> <p>Lado Da Abertura Conforme Necessidade De Pedido.</p>	Unidade	15	1	15	3	1	3	18	R\$ 2.358,00	R\$ 42.444,00	



138	341209 - Porta Sanfonada, Material: Pvc - Cloreto De Polivinila, Cor: Branca, Largura:0,80 M, Altura:2,10 M, Espessura Mínima: 2 mm, Características Adicionais: Com Puxador E Trinco.	Unidade	15	1	15	5	1	5	20	R\$ 173,60	R\$ 3.472,00	
-----	--	---------	----	---	----	---	---	---	----	------------	--------------	---



139	222615 - Poste Concreto; Material: Concreto Armado, Comprimento Nominal: 7,5 Metros; Poste Padrão RGE, Monofásico; Completo, com Caixa Interna, Cabos de Entrada e Saída.	Unidade	4	1	4	1	1	1	5	R\$ 6.800,00	R\$ 34.000,00	
140	353030 - Fio Material: Nylon, Bitola: 2,50 MM, Aplicação: Roçadeira, Tipo: Quadrado	Rolo 250 Metro	50	1	50	20	1	20	70	R\$ 219,00	R\$ 15.330,00	




141	609247 - Fio Material: Nylon, Bitola: 3 MM, Aplicação: Roçadeira, Tipo: Quadrado, Bobina De 2 Kg	Rolo 200 Metro	50	1	50	20	1	20	70	R\$ 167,90	R\$ 11.753,00	
142	471941 - Tela Tipo Concertina Tipo: Dupla Clipada, Formato: Espiras, Comprimento: 30 M, Diâmetro: 30 Cm	Unidade	50	1	50	20	1	20	70	R\$ 475,00	R\$ 33.250,00	
143	480048 - Tela Tipo Concertina Tipo: Farpada, Formato: Espiras, Comprimento: 10 M, Diâmetro: 45 CM	Unidade	50	1	50	20	1	20	70	R\$ 110,00	R\$ 7.700,00	

144	621677 - Pia Material: Aço Inoxidável, Tipo: Cuba Funda, Comprimento: 120 CM, Largura: 60 CM, Quantidade Cubas: 1 UN, Comprimento Cubas: 50 CM, Largura Cubas: 40 CM, Profundidade Cubas: 25 CM, Características Adicionais: Cuba No Centro	Unidade	10	1	10	6	1	6	16	R\$ 354,00	R\$ 5.664,00	
145	481482 - Pia Material: Aço Inoxidável, Tipo: Liso, Comprimento: 200 CM, Largura: 55 CM, Quantidade Cubas: 2 UN, Comprimento Cubas: 40 CM, Largura Cubas: 34 CM, Profundidade Cubas: 15 CM	Unidade	10	1	10	6	1	6	16	R\$ 736,99	R\$ 11.791,84	
146	462070 - Pia Material: Mármore, Tipo: Sintético, Comprimento: aproximadamente 1,22 M, Largura: aproximadamente 55 CM, Quantidade Cubas: 1 UN, Comprimento Cubas: 30 CM, Largura Cubas: 46 CM, Profundidade Cubas: 14 CM, Espessura: 6 MM, Material Cuba: Aço Inox	Unidade	10	1	10	6	1	6	16	R\$ 399,00	R\$ 6.384,00	
147	617119 - Pia Material: Aço Inoxidável, Tipo: Cuba Funda, Comprimento: 1.20 M, Largura: 0,60 M, Quantidade Cubas: 1 UN, Comprimento Cubas: 50 CM, Largura Cubas: 40 CM, Profundidade Cubas: 25 CM Características Adicionais: Cuba Do Lado Esquerdo	Unidade	10	1	10	4	1	4	14	R\$ 321,97	R\$ 4.507,58	
148	236586 - Maçaneta Material: Latão, Tipo: Alavanca, Acabamento: Cromado, Características Adicionais: Com Ponta Arredondada	Unidade	30	2	30	20	4	20	50	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00	



149	236587 - Maçaneta Material: Latão, Tipo: Bola, Acabamento: Cromado	Unidade	30	2	30	20	5	20	50	R\$ 29,60	R\$ 1.480,00	
150	302939 - Porta Material: Alumínio, Largura: 0,80 M, Altura: 2,10 M, Características Adicionais: Com Janela de Vidro, Moldura em Alumínio, Dobradiça E Fechadura	Unidade	6	1	6	4	1	4	10	R\$ 640,00	R\$ 6.400,00	

151	302939 - Porta Material: Alumínio, Largura: 1,20 M, Altura: 2,10 M, Características Adicionais: Com Janela de Vidro, Moldura em Alumínio, Dobradiça E Fechadura, Com 2 Folhas	Unidade	6	1	6	4	1	4	10	R\$ 1.430,00	R\$ 14.300,00	
152	611016 - Porta, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Largura: 80 CM, Altura: 1,30 M, Características Adicionais: Porta Dupla de Madeira, tipo Bang Bang	Unidade	4	1	4	2	1	2	6	R\$ 679,00	R\$ 4.074,00	

153	615238 - Dobradiça Porta Material: Aço, Aplicação: Porta De Madeira, Características Adicionais: Dobradiça para Portas Tipo Vai e Vem, com Mola de Fechamento Automático com Ajuste, para Portas tipo Bang Bang; tamanho: 3 Pol; Com Mola Interna e com 8 Parafusos para Fixação	Unidade	20	2	20	20	2	20	40	R\$ 65,00	R\$ 2.600,00	
154	615238 - Dobradiça Porta Material: Aço, Aplicação: Porta, Características Adicionais: Dobradiça para Portas Tipo Vai e Vem, com Mola de Fechamento Automático com Ajuste; tamanho: 3 Pol; Com Mola Interna e com 8 Parafusos para Fixação	Unidade	20	2	20	20	2	20	40	R\$ 65,00	R\$ 2.600,00	
155	615238 – Dobradiça Encaixe Porta Material: Alumínio; Aplicação: Porta De Alumínio; Características Adicionais: Com Duas Abas	Unidade	20	2	20	20	6	20	40	R\$ 22,00	R\$ 880,00	
VALOR TOTAL.....											R\$ 2.072.048,73	

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados do(a) recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Havendo divergência entre a descrição deste Termo de Referência e o informado no sistema SIAGSNet/Empenho, **prevalecerá o informado no Termo de Referência.**
- 1.7. Para fins de CLAREZA e IDENTIFICAÇÃO de cada material, estão impostas as imagens **exemplares** como forma de melhoria na identificação de cada item.
- 1.8. As imagens fornecidas como exemplares **são meramente ilustrativas**, não havendo exigência de marca ou modelo, nem vinculação à descrição da imagem apresentada, mas apenas indicação de similaridade no que tange à qualidade, eficiência, resistência e durabilidade, visando assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a administração, inclusive no que tange ao ciclo de vida do objeto.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

## **Sustentabilidade**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1 Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, e legislação correlata.
- 4.1.2 A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

## **Subcontratação**

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens referentes ao 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado do 7º RC Mec, rua Alameda Angelo Irulegui Cunha, S/n, Cerro do Depósito, 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado - Santana do Livramento - Rio Grande do Sul. De segunda a quinta-feira das 08:00 Às 17:00; Sexta-feira das 08:00 às 12:00.

Os bens referentes a 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea, situada no município de Santana do Livramento: Av. Vinte Quatro de Maio, nº 1192 - Divisa, Cep: 97573-396. De segunda a quinta-feira das 08:00 Às 17:00; Sexta-feira das 08:00 às 12:00.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Gestor do Contrato**

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.16.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

- 6.16.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.16.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.16.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,3% (zero virgula três por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4 Os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 8 (oito) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 8 (oito) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1 O prazo de validade;
  - 8.12.2 A data da emissão;
  - 8.12.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 8.12.4 O período respectivo de execução do contrato;
  - 8.12.5 O valor a pagar; e
  - 8.12.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
  - 8.15.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
  - 8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
  - 8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
  - 8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
  - 8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1 Valores unitários: conforme tabela constante no Anexo 1 deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**



- 9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$9.26. \quad LG = \frac{9.27. \quad \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{9.28. \quad \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

9.29.

$$9.30. \quad SG = \frac{9.31. \quad \text{Ativo Total}}{9.32. \quad \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

9.33.

$$9.34. \quad LC = \frac{9.35. \quad \text{Ativo Circulante}}{9.36. \quad \text{Passivo Circulante}}$$

- 9.37. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimonial líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.37.1 A exigência de capital mínimo foi fixada em **X% do valor estimado da contratação**, observando o limite estabelecido no art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

- 9.37.2 A definição do percentual considerou:
  - 9.37.2.1. A natureza comum do objeto (materiais de construção);
  - 9.37.2.2. O baixo grau de complexidade da contratação;
  - 9.37.2.3. A ampla disponibilidade de fornecedores no mercado;
  - 9.37.2.4. E o risco moderado de inadimplemento contratual.

- 9.38. Ademais, buscou-se evitar a restrição indevida à competitividade do certame, especialmente quanto à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa. Dessa forma, o percentual adotado mostra-se adequado e proporcional aos riscos da contratação, garantindo a segurança da execução contratual sem comprometer a ampla concorrência.
- 9.39. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.40. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.41. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.42. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

- 9.43. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, **quando for o caso**.
- 9.44. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 9.45. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

- 9.46. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.072.048,73 (dois milhões setenta e dois mil e quarenta e oito reais e setenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.2.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


- 11.1. Por se tratar de sistema de registro de preços, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.
- 12.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.2.1 Apêndice A do Anexo I – Instrumento substitutivo ao contrato;
- 12.2.2 Apêndice B do Anexo I Termo de Ciência e concordância.


### 13. RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado digitalmente  
 **NORMAN KAIMI DOS SANTOS MARTINS**  
Data: 09/04/2026 16:10:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**NORMAN KAIMI DOS SANTOS MARTINS**

Membro Equipe de Planejamento da Contratação

Documento assinado digitalmente  
 **PAULO RODRIGUES DA SILVA**  
Data: 09/04/2026 16:13:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PAULO RODRIGUES DA SILVA**

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

Documento assinado digitalmente  
 **MATHEUS MALAQUIAS RODRIGUES**  
Data: 09/04/2026 17:52:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MATHEUS MALAQUIAS RODRIGUES**

Fiscal Administrativo

**JOSIEL**  
**ALMEIDA DE AVILA**  
Assinado digitalmente  
por **JOSIEL ALMEIDA**  
Data: 2026.04.09  
20:04:28-03'00'  
AVILA:00301176078  
76078

**JOSIEL ALMEIDA DE AVILA**

Autoridade competente

**ANEXO I**  
**Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

**Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024**

**1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

**2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

#### **3.1. São obrigações do Contratante:**

- 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- 3.1.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

#### **3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.**

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - 4.1.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 4.1.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 4.1.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
  - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;



- 4.1.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.22 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
  - 5.3.1 Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 Poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.3.3 Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Sant'Ana do Livramento, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**ANEXO II**  
**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 7 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/RS

## Estudo Técnico Preliminar 97/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64677.007817/2025-03

## 2. Descrição da necessidade

A abertura de licitação para aquisição de material de construção se faz necessária para atender às demandas de manutenção predial, conservação, adequação e pequenas reformas das instalações do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado e da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea.

Os materiais serão empregados, de forma geral, em serviços como:

- manutenção corretiva e preventiva de edificações;
- reparos em alvenaria, coberturas e estruturas;
- recuperação de instalações danificadas;
- adequações de ambientes administrativos e operacionais;
- melhorias nas condições de segurança, habitabilidade e funcionamento das instalações.

Tais serviços são executados, em sua maioria, pelos próprios militares da Organização Militar, podendo, em situações específicas, contar com apoio de mão de obra especializada eventualmente contratada, conforme a complexidade da intervenção.

As intervenções abrangem diversas edificações que compõem a estrutura da Organização Militar, incluindo alojamentos, áreas administrativas, depósitos, garagens, oficinas e demais instalações operacionais, que demandam manutenção contínua em razão do uso permanente e das condições naturais de desgaste.

Destaca-se que há necessidade recorrente de adequações e melhorias nas instalações, decorrentes tanto do desgaste natural quanto da necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento, segurança e salubridade, não havendo como prever integralmente todas as demandas ao longo do exercício, o que reforça a necessidade de aquisição contínua dos materiais.

A contratação pretendida possui caráter essencial, uma vez que os materiais de construção são indispensáveis para assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais da unidade, bem como para garantir a integridade das instalações e a segurança dos seus usuários.

Ademais, a presente contratação atende ao interesse público, na medida em que contribui diretamente para a conservação do patrimônio público, a economicidade na gestão de recursos e a manutenção da capacidade operacional da Organização Militar, em conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 2015, interpretado em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021.

Após detalhado estudo de caso para os itens que se pretende adquirir, chegou-se à seguinte conclusão, compilada na explanação em anexo, que apresenta resposta aos quesitos exigidos pelo inciso I, art. 7º, da IN SEGES/ME Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ALMOXARIFADO	Paulo Rodrigues da Silva

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Requisitos Gerais

**4.1.** Para a presente aquisição, existem requisitos mínimos para sua execução:

A presente contratação deve observar a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando aplicáveis, e demais legislações vigentes relacionadas à fabricação, fornecimento e utilização dos materiais constantes da tabela em anexo.

A exigência de conformidade com normas da ABNT justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade, segurança, desempenho e durabilidade dos materiais a serem adquiridos, assegurando que os produtos atendam a padrões técnicos reconhecidos nacionalmente. Tal exigência encontra respaldo no entendimento do Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão nº 898/2021 – Plenário, que considera legítima a exigência de certificação ou conformidade com normas técnicas, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

Além disso, a observância dessas normas visa evitar riscos à segurança das instalações, dos usuários e dos militares envolvidos nas atividades, bem como prevenir prejuízos decorrentes da utilização de materiais inadequados ou de baixa qualidade.

**4.2.** Os materiais a serem adquiridos têm como base os parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

**4.2.1.** A contratada deverá fornecer os materiais conforme disposto no Termo de Referência, respeitando as especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade exigidos.

### 4.3. Obrigações da Contratada

#### **Fornecimento conforme especificações técnicas:**

A empresa deve fornecer os materiais conforme as especificações definidas, incluindo tipo, dimensões, resistência e padrões mínimos de qualidade estabelecidos.

#### **Prazos de entrega:**

Os produtos devem ser entregues dentro do prazo estipulado em contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

#### **Garantia de qualidade e conformidade:**

Os itens fornecidos devem atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, quando cabíveis. Em caso de não conformidade ou defeito, a contratada deverá providenciar a substituição imediata, sem custos adicionais para a Administração.

#### **Responsabilidade pelo transporte e logística:**

A contratada deverá garantir a entrega dos materiais no local indicado pela Administração, assumindo integralmente os custos e riscos relacionados ao transporte, assegurando a integridade dos produtos.

#### **Cumprimento de normas ambientais e de sustentabilidade:**

A contratada deverá observar a legislação ambiental vigente, promovendo o descarte adequado de resíduos e adotando práticas sustentáveis durante a execução contratual.

#### **Responsabilidade por danos e avarias:**

A contratada será responsável pela reposição de materiais que apresentarem avarias ou danos decorrentes do transporte ou fornecimento inadequado, sem ônus adicional para a Administração.

#### **Atendimento às normas de segurança e boas práticas trabalhistas:**

A fabricação e fornecimento dos materiais deverão observar as normas de segurança do trabalho e a legislação vigente aplicável.

### Conclusão

A empresa contratada deverá assegurar o fornecimento dos materiais com qualidade, dentro dos prazos estabelecidos e em conformidade com as exigências técnicas e normativas, garantindo a segurança, eficiência e economicidade da contratação.

## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as possíveis soluções disponíveis para atendimento da necessidade da Administração, contemplando a análise das alternativas de contratação existentes no mercado.

Foram avaliadas as seguintes soluções:

**a) Aquisição por meio de pregão eletrônico próprio:**

Permite maior competitividade, ampliação da disputa entre fornecedores e adequação dos quantitativos às necessidades específicas da unidade.

**b) Adesão a atas de registro de preços vigentes (carona):**

Foi realizada consulta a atas de registro de preços disponíveis no PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não sendo identificadas atas vigentes que contemplassem integralmente os itens, quantitativos e especificações técnicas necessárias para atendimento da demanda da unidade.

Ademais, verificou-se que as atas eventualmente disponíveis não apresentavam compatibilidade com a realidade local, seja em razão de quantitativos insuficientes, especificações divergentes ou inviabilidade logística.

**c) Participação em Intenções de Registro de Preços (IRP):**

Em atendimento ao disposto no art. 10 do Decreto nº 11.462/2023, foram realizadas consultas quanto à existência de IRPs disponíveis. Não foram identificadas IRPs compatíveis com o objeto pretendido ou que atendessem integralmente às necessidades da Administração no momento da análise.

**Conclusão**

Diante das análises realizadas, **conclui-se que a realização de pregão eletrônico próprio** mostra-se como a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração, tendo em vista a possibilidade de adequação dos itens e quantitativos às necessidades específicas da unidade, maior competitividade entre fornecedores e melhor atendimento ao interesse público.

## 6. Descrição da solução como um todo

**Descrição da Solução como um Todo**

A solução adotada consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, para aquisição de materiais de construção destinados ao atendimento das demandas do 7º RC Mec e da 2ª Bia AAe.

A utilização do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de aquisições frequentes e parceladas, em razão da natureza dos materiais, que são utilizados conforme surgimento de demandas de manutenção predial, conservação e pequenas reformas. Tal procedimento proporciona maior flexibilidade administrativa, evitando a formação de estoques excessivos e possibilitando contratações conforme a real necessidade, promovendo economicidade e eficiência.

Além disso, o Sistema de Registro de Preços permite melhor gestão orçamentária, uma vez que a Administração não fica obrigada a contratar a totalidade dos quantitativos estimados, realizando as aquisições conforme disponibilidade de recursos e necessidade efetiva.

Quanto à possibilidade de renovação dos quantitativos registrados em ata, informa-se que poderá ser avaliada oportunamente, desde que demonstrada a vantajosidade, observados os limites legais e mediante justificativa expressa no processo, conforme previsto na legislação vigente.

Sendo assim, fica claro que a eventual ampliação dos quantitativos registrados será precedida de análise de vantajosidade, devidamente justificada nos autos, observados os limites legais e a necessidade superveniente da Administração.

No que se refere à formalização da contratação, considerando a natureza do objeto, de entrega imediata e sem obrigações futuras continuadas, admite-se a substituição do instrumento contratual por instrumento equivalente, como nota de empenho, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à participação no certame, não serão estabelecidas vedações além daquelas previstas na legislação vigente, especialmente as constantes na Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a ampla competitividade e isonomia entre os licitantes.

**Caracterização do Objeto como Bens Comuns**

A presente contratação refere-se à aquisição de materiais de construção cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, tais como tipo, dimensões, composição e aplicação, conforme amplamente praticado no setor.

Trata-se de materiais amplamente disponíveis no mercado, fornecidos por diversos fornecedores, sem necessidade de adaptação ou desenvolvimento específico.

Dessa forma, os bens a serem adquiridos enquadram-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, permitindo a utilização da modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**Conclusão**

Diante do exposto, a solução adotada mostra-se a mais adequada, eficiente e economicamente viável para atendimento das necessidades da Administração, alinhando-se aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades dos materiais a serem adquiridos foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pelas subunidades, seções administrativas e pelo Almojarifado do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado e da 2ª Bia AAAe, considerando os seguintes parâmetros:

### I – Histórico de consumo:

Foram analisados os registros de consumo de materiais de construção nos últimos 12 meses, com base nos dados do almoxarifado, permitindo identificar a demanda média anual de cada item.

### II – Demanda atual e reprimida:

Foram consideradas as necessidades já identificadas pelas seções, incluindo manutenções corretivas e preventivas em andamento, bem como demandas não atendidas em exercícios anteriores.

### III – Previsão de serviços ao longo de 12 meses:

A estimativa contempla a execução contínua de atividades como:

- Reparos estruturais em edificações;
- Manutenção de telhados, pisos e revestimentos;
- Serviços de cercamento e proteção patrimonial;
- Adequações de instalações hidráulicas e civis;
- Pequenas reformas e melhorias nas dependências da OM.

### IV – Características dos imóveis atendidos:

A projeção considera a manutenção das áreas construídas, incluindo:

- Alojamentos;
- Instalações administrativas;
- Áreas operacionais;
- Depósitos e estruturas de apoio.

### V – Margem de segurança operacional:

Foi aplicada margem técnica para evitar desabastecimento, garantindo continuidade das atividades durante todo o período de vigência da ata (12 meses).

## Conclusão

Dessa forma, as quantidades estimadas refletem a necessidade real da Administração para o período de 12 meses, assegurando:

- Continuidade das atividades operacionais e administrativas;
- Eficiência na gestão de estoques;
- Redução de contratações emergenciais;
- Atendimento ao princípio da economicidade.

A relação detalhada dos itens e respectivas quantidades encontra-se na planilha anexa.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.072.048,73

Dessa forma, com os quantitativos acima relacionados, a estimativa do valor da contratação resultou em R\$ 2.072.048,73 (dois milhões setenta e dois mil e quarenta e oito reais e setenta e três centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento será atendido, na medida em que a licitação será dividida em itens.

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;



II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para a presente contratação não há necessidade de contratações correlatas.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação, com a estimativa de suas quantidades juntamente com sua pesquisa de preço, encontra respaldo institucional em previsão no Plano Anual de Contratação do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado, assim como no Plano Anual de Contratação da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea. Sendo assim, a efetivação da referida contratação viabilizará a possibilidade de atingir o suprimento das necessidades da Unidade.

11.2. A presente contratação observa as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão, promovendo o uso racional de recursos, a redução de impactos ambientais e a adoção de práticas sustentáveis, em conformidade com a legislação vigente.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### Aquisição de Material de Construção

A aquisição de Material de Construção proporciona ganhos operacionais e estruturais relevantes, refletindo diretamente na qualidade das atividades de manutenção, conservação de ambientes e melhoria das instalações da unidade. Esses materiais são essenciais para garantir condições adequadas de trabalho, segurança, higiene e apresentação dos espaços físicos, contribuindo para a continuidade e eficiência dos serviços. A seguir, detalham-se os principais benefícios esperados com essa contratação:

#### Ganhos Diretos

##### Efetividade na Execução das Atividades

Os materiais de construção (areia, brita, cimento, argamassa, cal, caibros, pregos, entre outros) são indispensáveis para as rotinas de manutenção da unidade. Sua disponibilidade assegura maior eficiência nos processos de revitalização, conservação e reparo das instalações físicas, melhorando o aspecto visual e estético dos espaços e prevenindo a deterioração das diversas instalações existentes na OM.

##### Atendimento às Necessidades Técnicas da Unidade

O fornecimento adequado dos materiais garante a execução das atividades de reforma rotineiras de forma precisa, segura e conforme as especificações técnicas necessárias. Isso permite a manutenção preventiva e corretiva de paredes, estruturas e instalações, prolongando sua vida útil e assegurando condições adequadas de trabalho e atendimento aos integrantes da OM.

#### Ganhos Indiretos

##### Desenvolvimento Nacional Sustentável

Materiais de construção produzidos com responsabilidade ambiental — especialmente tintas com baixo teor de compostos orgânicos voláteis (VOC) e embalagens recicláveis — reduzem impactos ambientais, minimizam emissões tóxicas e contribuem para ambientes internos mais saudáveis. A adoção de boas práticas de descarte de resíduos também fortalece a política de sustentabilidade da unidade.

## **Fomento à Indústria Nacional**

A aquisição de materiais fabricados por fornecedores nacionais fortalece a cadeia produtiva interna, promove geração de empregos e incentiva a economia local. Além disso, contribui para maior disponibilidade de produtos no mercado e melhores condições comerciais, garantindo competitividade e facilidade de reposição.

## **Ganhos em Termos de Economicidade, Eficácia e Eficiência**

### **Economicidade**

A aquisição planejada reduz custos emergenciais e evita a interrupção de atividades de manutenção. Materiais de melhor qualidade apresentam maior rendimento e durabilidade ampliada, reduzindo a frequência de reformas e manutenções adicionais.

### **Eficácia**

A disponibilidade contínua de materiais de construção assegura o bom andamento das atividades de manutenção e conservação dos ambientes. Isso resulta em instalações mais bem preservadas, seguras e adequadas às necessidades da unidade, evitando atrasos e possibilitando resposta rápida às demandas internas.

### **Eficiência**

A padronização e o controle dos materiais permitem melhor gestão do estoque, redução de desperdícios e aproveitamento integral dos insumos adquiridos. A organização dos trabalhos é otimizada e os recursos da unidade são empregados de forma mais racional e produtiva.

### **Melhor Aproveitamento dos Recursos Disponíveis**

O uso adequado dos materiais permite maior qualidade das áreas tratadas, melhora a conservação dos espaços e direciona os esforços da equipe de manutenção para atividades estratégicas, evitando retrabalho e garantindo resultados de longo prazo.

## **Conclusão**

Esses ganhos, alinhados aos princípios constitucionais da Administração Pública, demonstram que a contratação de materiais de construção contribui diretamente para a conservação das instalações, a continuidade das atividades institucionais e o compromisso com a eficiência, a economicidade e a sustentabilidade administrativa.

## **13. Providências a serem Adotadas**

De acordo com o inciso XI do art. 7º da IN SEGES/ME nº 58/2022, seguem as providências que serão adotadas pela Administração Pública antes da celebração do contrato de aquisição do material. Essas providências incluem medidas relacionadas à capacitação de servidores, adequação do ambiente organizacional e preparação dos setores envolvidos.

### **Capacitação de Servidores:**

1. **Capacitação para Fiscalização Contratual:** É necessária uma capacitação específica para os militares responsáveis pela fiscalização do contrato. A capacitação abrange aspectos técnicos e procedimentais relacionados à gestão do contrato, incluindo monitoramento de prazos, qualidade dos materiais entregues e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, a qual já é praticada pelos fiscais de contrato da unidade;
2. **Gestão Contratual:** Além da fiscalização, os militares envolvidos na gestão contratual são capacitados para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais por parte do fornecedor. Isso inclui a coordenação eficaz entre as áreas administrativas e operacionais para garantir a plena execução do contrato conforme previsto.

### **Adequação do Ambiente Organizacional:**

1. **Setor de Almoxarifado:** São realizadas adequações no setor de almoxarifado para receber e armazenar os materiais conforme aquisição e as melhores práticas de gestão de estoques. Isso inclui a organização física do espaço, a implementação de sistemas de controle de entrada e saída de materiais, como o SICOFIS, e a garantia das condições adequadas de armazenamento.

2. **Fiscalização e Setor de Licitações e Contratos:** O setor responsável pela fiscalização do contrato é devidamente estruturado para desempenhar suas funções de maneira eficiente e eficaz. Para isso, será atribuída a responsabilidade pela gestão do contrato, monitorando o cumprimento das cláusulas contratuais e promovendo ajustes quando necessário.

#### **Outras Providências:**

- **Treinamento em Licitações e Contratos:** Os militares do setor de licitações e contratos, SALC, são capacitados nas normas e procedimentos vigentes para garantir a correta condução do Pregão Eletrônico.
- **Acompanhamento Contínuo:** É estabelecido um processo de acompanhamento contínuo das atividades relacionadas à contratação, com controle do desempenho do fornecedor e ajustes necessários para garantir a entrega adequada dos materiais e o cumprimento das metas estabelecidas.

#### **Conclusão:**

As providências detalhadas acima visam assegurar que a abertura do pregão eletrônico para aquisição do material de construção ocorra de maneira eficiente, transparente e dentro dos padrões legais estabelecidos pela IN SEGES/ME Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022. A capacitação dos militares, a adequação do ambiente organizacional e a preparação dos setores envolvidos são fundamentais para garantir o sucesso e a efetividade da gestão contratual e da fiscalização.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Na administração pública federal, é fundamental considerar os impactos ambientais nas contratações e adotar medidas eficazes para mitigá-los, em conformidade com o inciso XII do art. 7º da IN SEGES/ME Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.

A presente contratação refere-se à aquisição de materiais de construção destinados à manutenção, conservação e adequação das instalações do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado e da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea. Tais materiais, ao longo de seu ciclo de vida (produção, transporte, uso e descarte), podem gerar impactos ambientais relevantes, os quais são identificados e tratados a seguir.

### **14.1 Impactos Ambientais Possíveis**

#### **a) Extração de Recursos Naturais**

A produção de insumos como areia, brita, cimento, cal e argamassas envolve atividades de mineração e exploração de recursos naturais, podendo ocasionar degradação ambiental, alteração do relevo e consumo intensivo de água e energia. No caso de materiais de origem vegetal, como madeira, há risco de exploração irregular caso não haja controle adequado.

#### **b) Emissão de Gases Poluentes**

Os processos industriais de fabricação, especialmente de cimento e cal, são intensivos em energia e contribuem para a emissão de gases de efeito estufa e material particulado. O transporte dos materiais também contribui para a poluição atmosférica.

#### **c) Geração de Resíduos**

A cadeia produtiva e o uso dos materiais geram resíduos sólidos, como embalagens, restos de insumos e resíduos de construção, que podem impactar o meio ambiente se descartados de forma inadequada.

#### **d) Descarte Inadequado**

O descarte incorreto de materiais pode ocasionar contaminação do solo, obstrução de sistemas de drenagem e impactos negativos em áreas urbanas e naturais.

### **14.2 Medidas de Tratamento ou Mitigadoras**

#### **a) Seleção de fornecedores regularizados**

Priorizar fornecedores que atendam à legislação ambiental vigente, possuam licenciamento ambiental quando aplicável e adotem práticas sustentáveis em seus processos produtivos.

#### **b) Preferência por materiais sustentáveis**

Dar preferência a materiais que possuam menor impacto ambiental, como produtos recicláveis, reutilizáveis ou provenientes de manejo sustentável, quando disponíveis no mercado.

#### **c) Gestão adequada de resíduos**

Orientar para que os resíduos gerados sejam segregados e destinados corretamente, conforme a legislação ambiental e as diretrizes de gestão de resíduos da construção civil.

#### **d) Redução de desperdícios**

Adotar práticas de planejamento, armazenamento adequado e uso racional dos materiais, evitando perdas, deterioração e consumo excessivo.

#### **e) Logística eficiente**

Priorizar, sempre que possível, fornecedores locais ou regionais, reduzindo distâncias de transporte e, conseqüentemente, as emissões de poluentes.

#### **f) Conscientização e boas práticas**

Promover o uso consciente dos materiais e a adoção de boas práticas ambientais pelos agentes envolvidos na execução das atividades.

### **14.3 Critérios de Sustentabilidade e Exigências Ambientais (CTF/IBAMA)**

A presente contratação observa as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, especialmente quanto à inserção de critérios ambientais proporcionais e compatíveis com o objeto.

Adicionalmente, foi realizada análise à luz da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA.

Considerando as características dos materiais de construção a serem adquiridos, verifica-se que determinadas atividades relacionadas à fabricação e beneficiamento de insumos como cimento, cal, argamassas, produtos minerais e químicos podem ser classificadas como potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.

Dessa forma, quando aplicável, deverá ser exigido dos fornecedores o registro ativo no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP), bem como a regularidade junto ao IBAMA, como condição para habilitação, nos termos da legislação ambiental vigente.

A exigência será restrita aos casos em que houver enquadramento normativo específico, de modo a evitar restrições indevidas à competitividade do certame.

### **Conclusão**

As medidas apresentadas visam mitigar os impactos ambientais decorrentes da contratação, promovendo práticas sustentáveis e alinhadas à legislação vigente. Dessa forma, assegura-se que a aquisição dos materiais de construção ocorra de maneira ambientalmente responsável, contribuindo para o uso eficiente dos recursos públicos e para o desenvolvimento sustentável.

## **15. Declaração de Viabilidade**


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

Face aos argumentos previamente elencados declara-se viável a contratação.


## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).


Documento assinado digitalmente  
 **NORMAN KAIMI DOS SANTOS MARTINS**  
Data: 09/04/2026 16:10:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**NORMAN KAIMI DOS SANTOS MARTINS**

Membro Equipe de Planejamento da Contratação

Documento assinado digitalmente  
 **PAULO RODRIGUES DA SILVA**  
Data: 09/04/2026 16:13:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PAULO RODRIGUES DA SILVA**

Documento assinado digitalmente  
 **MATHEUS MALAQUIAS RODRIGUES**  
Data: 09/04/2026 17:50:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MATHEUS MALAQUIAS RODRIGUES**

Fiscal Administrativo

**JOSIEL**  
**ALMEIDA DE AVILA**  
**AVILA:00301176078**  
**6078**

Assinado digitalmente  
por JOSIEL ALMEIDA  
AVILA:00301176078  
Data: 2026.04.09  
20:05:32-03'00'

**JOSIEL ALMEIDA DE AVILA**

Autoridade competente

## 1.1. ANEXO 1 - ETP

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Consumo Médio Mensal/Anual/ Por Obra/ Eventual Necessidade
1	238506 - Adesivo Uso Geral Material: A Base De Policloroprene, Características Adicionais: Adesivo De Contato Extraforte 200g, Aplicação: Couro/Madeira/Compensado/Fibras Naturais/Fibras	20	Unidade	1
2	266502 - Adesivo Veda-Calha Aspecto Físico: Pastoso, Aplicação: Calhas, Telhas, Rufos, Pingadeira	50	Bisnaga 280 Grama	4
3	374649 - Aditivo Componente Básico: Polissacarídeos, Aspecto Físico: Líquido, Cor: Verde Escuro, Aplicação: Concreto Para Construção, Características Adicionais: Plastificante	200	Litro	16
4	217176 - Porta-Cadeado Material: Ferro, Tratamento Superficial: Zincado; Características Adicionais: 2 2/1 POL	200	Unidade	16
5	233561 - Arame Farpado Material: Aço, Bitola: 16 BWG, Comprimento: 500 M, Peso: 20,70 KG, Diâmetro: 1,60 MM, Carga Ruptura: 350 KGF, Tratamento Superficial: Galvanizado	15	Unidade	1
6	471741 - Arame Galvanizado Material: Metal, Tipo: Nº 14, Diâmetro Fio: 2,10 MM	20	Quilograma	1
7	310137 - Arame Material: Cobre Recozido, Bitola: 1,47 MM	120	Quilograma	10
8	216954 - Areia Tipo: Lavada, Granulometria: Média	60	Metro Cúbico	5
9	216953 - Areia Tipo: Lavada, Granulometria: Fina	60	Metro Cúbico	5
10	216955 - Areia Tipo: Lavada, Granulometria: Grossa	60	Metro Cúbico	5
11	441237 - Argamassa Composição: Cimento, Calcário E Aditivos, Cor: Branca, Características Adicionais: Colante De Uso Interno, Tipo: Ac II	300	Saco 20 Quilograma	25
12	347803 - Argamassa Externa Ac II, Saco Com 20 Kg, Aplicação Revestimento Cerâmico Em Áreas Externas.	400	Saco 20 Quilograma	33

13	616640 - Argamassa Composição: Cimento, Agregados Minerais E Aditivos Químicos, Cor: Branca, Tipo: Ac Iii, uso em área Externa/Interna	400	Saco 20 Quilograma	33
14	471797 - Argamassa Interna Ac I, Saco Com 20 Kg, Aplicação Revestimento Cerâmico E Assentamentos De Pisos Em Áreas Internas.	400	Saco 20 Quilograma	33
15	315173 - Argamassa Composição: Cimento, Agregados Minerais E Aditivos, Aplicação: Assentamento De Cerâmica Em Paredes E Piso, Características Adicionais: Colante De Uso Externo, Apresentação: Pó, Tipo: Ac Iii, Normas Técnicas: Nbr 14081	300	Saco 20 Quilograma	25
16	392379 - Botão Tipo: Francês, Material: Metal Cromado, Formato: Circular, Aplicação: Fixação Vidro/Espelho	100	Unidade	8
17	602767 - Brita Material: Pedra Moída, Tamanho: Brita 0, Aplicação: Jardim Residencial/Público 602767 - Brita Material: Pedra Moída, Tamanho: Brita 0	45	Metro Cúbico	3
18	216959 - Brita Material: Rocha Triturada, Tamanho: Brita 3	45	Metro Cúbico	3
19	216957 - Brita Material: Rocha Triturada, Tamanho: Brita 1	45	Metro Cúbico	3
20	216958 - Brita Material: Rocha Triturada, Tamanho: Brita 2	45	Metro Cúbico	3
21	457426 - Caibro, Material: Madeira Uso: Construção, Largura: 8 Cm, Espessura: 8 Cm; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	900	Metro	75
22	471803 - Caibro Material: Madeira, Largura: 12 CM, Espessura: 5 Cm; Comprimento: 5,50; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	1000	Unidade	83

23	466170 - Caibro Material: Madeira, Largura: 5 CM, Espessura: 5 CM; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	1500	Metro	125
24	480851 - Caibro Material: Madeira Uso: Construção, Largura: 8 CM, Espessura: 6 CM; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	900	Metro	75
25	320920 - Cal Hidratada Aspecto Físico: Pó, Cor: Branca, Aplicação: Construção Civil, Composição: Ca (Oh2), Peso Molecular: 74 G/MOL, Características Adicionais: Alto Teor De Cálcio, Pouco Solúvel, 2 Anos Validade, Classificação: Ch3	400	Saco 20 Quilograma	33
26	255402 - Cal Viva Material: Óxido Cálcio, Cor: Branca, Apresentação: Pó, Aplicação: Construção Em Geral	100	Saco 20 Quilograma	8
27	254261 - Chapa De Vidro Material: Vidro, Cor: Incolor, Espessura: 3 MM, Características Adicionais: Cristal Liso	50	Metro Quadrado	4
28	254262 - Chapa De Vidro Material: Vidro, Cor: Incolor, Espessura: 4 MM, Características Adicionais: Cristal Liso	40	Metro Quadrado	3
29	373691 - Cimento Portland Material: Clinker + Gesso, Tipo: Cpii - Z32; de Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca Votoran e Cauê; Características adicionais: Cimento para Construção; De qualidade semelhante, equivalente ou superior à marca Votoran ou Cauê	400	Saco 50 Quilograma	33
30	233636 - Cimento Portland Material: Pozolânico, Tipo: Cpiv-32; de Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca Votoran e Cauê; Características adicionais: Cimento para Construção; De qualidade semelhante, equivalente ou superior à marca Votoran ou Cauê	400	Saco 50 Quilograma	33



31	282967 - Cola, Frasco 1 Kg, Adesivo Fabricado À Base De Pva Dispersão Aquosa, Odor Suave, Aplicação Colagens De Alto Desempenho, Principalmente De Artefatos De Madeira, Laminados Plásticos, Papel, Papelão; De qualidade semelhante, equivalente ou superior à marca Cascola	150	Frasco 1 Quilograma	12
32	347544 - Cola Composição: Acético E Silicone, Cor: Incolor, Aplicação: Cerâmica, Tipo: Líquido 280g;	300	Unidade	25
33	473176 - Dobradiça Porta Material: Latão, Altura: 3 POL, Largura: 2 1/2 POL	100	Unidade	8
34	441348 - Dobradiça Zincada, 3 1/2 Pol, Fabricado Em Aço Relaminado A Frio, Dureza Entre 75hrb E 89 Hrb, Quantidade De Furos 6, Indicada Para Portas Que Pesem Entre 0,55 Kg E 34 Kg. Tipo Pino: Solto	100	Unidade	8
35	441344 - Dobradiça Material: Aço Galvanizado, Tamanho: 1 1/2 X 2 1/2 POL, Tipo Pino: Solto	60	Unidade	5
36	446838 - Espaçador Material: Plástico Rígido, Largura: 1,5 MM, Aplicação: Piso / Parede, Tipo: Fixo	50	Pacote 100 Unidade	4
37	343113 - Espaçador Material: Plástico Rígido, Largura: 2 MM, Aplicação: Revestimento Cerâmico, Tipo: Fixo	50	Pacote 100 Unidade	4
38	293625 - Espaçador Material: Plástico Rígido, Largura: 3 MM, Aplicação: Revestimento Cerâmico, Tipo: Fixo	50	Pacote 100 Unidade	4
39	307565 - Espelho Material: Vidro Cristal, Formato: Retangular, Espessura: 4 MM, Comprimento: 60 CM, Largura: 45 CM, Características Adicionais: Moldura Em Alumínio	80	Unidade	6
40	485641 - Espelho Material: Vidro, Formato: Retangular, Espessura: 4 MM, Comprimento: 60 CM, Largura: 40 MM, Características Adicionais: Bisotado, 4 Fixadores Redondos Inox, Sem Moldura	80	Unidade	6

41	389890 - Espuma Material: Poliuretano, Aspecto Físico: Spray, Aplicação: Vedação Superfícies Lisas E Porosas, Características Adicionais: Expansiva e Com Bico Aplicador	150	Tubo 500 Mililitro	12
42	343460 – Fechadura, Tipo Externa, Material Caixa E Trinco De Aço, Acabamento Superficial Cromado, Material Falsa Testa Latão, Com 2 Chaves E Trinco Reversível, Material Maçaneta Alavanca Latão, Tipo Cilindro Monobloco Latão, Tipo Externa, Aplicação Porta; de Qualidade Superior ou Equivalente A Marca Pado, Papaiz ou Soprano.	150	Unidade	12
43	354740 - Fechadura Material Caixa: Aço Acabamento Superficial: Cromado Componentes: 2 Chaves Em Latão Niquelado Características Adicionais: Maçaneta Tipo Alavanca Tipo: Interna Aplicação: Porta; Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca A Marca Pado, Papaiz ou Soprano.	150	Unidade	12
44	601072 - Forro Pvc - Canto União Externo Para Acabamento Nobre Pvc, Espessura 10mm, Altura Visível Da Peça 3,80 Cm, Cor Branca, Material Antichama. De Similar Ou Superior Qualidade Que A Marca Plasbil	100	Unidade	8
45	601071 - Forro Pvc - Canto União Interno Para Acabamento Nobre Pvc, Espessura 10 mm, Altura Visível Da Peça 3,80 Cm, Cor Branca, Material Antichama; de Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca Plasbil	100	Unidade	8
46	247318 - Forro Pvc -Espessura 10 mm, Largura 200 mm, Comprimento 6 Metros, De Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca Plasbil	500	Metro Quadrado	41
47	601466 - Moldura Teto Material: Pvc, Formato: Cimalha, Uso: Colocação De Forro Em Teto E Parede, Comprimento: 6m; de Qualidade Similar, Superior ou Equivalente a Marca Plasbil	400	Unidade	33

48	480500 - Forro Teto Material: Madeira Pinus, Comprimento: 3.000 MM, Largura: 100 MM, Espessura: 10 MM, Tipo: Lambril, Cor: Natural, Aplicação: Forro Teto	400	Metro Quadrado	33
49	444253 - Janela, Material: Aço, Tipo Basculante, Comprimento: 60 Cm, Largura: 60 Cm, Característica Adicionais: Três Vidros.	20	Unidade	1
50	380303 - Janela; Material: Aço; Tipo: Maxim-Air; Largura: 0,60 M; Altura: 0,60 M	20	Unidade	1
51	308650 - Janela Material: Alumínio, Tipo: 2 Bandeiras Móveis, Largura: 1,10 M, Espessura: 16 MM, Altura: 1 M, Acabamento Superficial: Anodizado	20	Unidade	1
52	480176 - Janela; Material: Alumínio; Comprimento: 1 M; Tipo: Pré-Fabricada; Largura: 1,50 M; Características Adicionais: 2 Folhas Fixas, 2 Folhas De Correr, Com Vidro Liso	20	Unidade	1
53	231478 - Lona Plástica Espessura: 0,15 MM, Largura: 8 M, Comprimento: 100 M, Cor: Preta, Aplicação: Proteção Pisos E Outros Materiais Em Reformas., Material: Plástico Sintético	15	Rolo 100 Metro	1
54	231480 - Lona Plástica Espessura: 0,15 MM, Largura: 4 M, Comprimento: 100 M, Cor: Preta, Aplicação: Proteção Pisos E Outros Materiais Em Reformas., Material: Plástico Sintético	15	Rolo 100 Metro	1
55	370253 - Caibro Material: Madeira, Uso: Telhado, Largura: 10 CM, Espessura: 8 CM; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	900	Metro	75
56	277527 - Madeira Construção, Formato: Caibro, Largura: 45 MM, Espessura: 45 MM, Acabamento: Aparelhada; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	900	Metro	75

57	486206 - Madeira Construção, Formato: Barrote, Características Adicionais: 10cm x 5cm; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	900	Metro	75
58	486205 - Madeira Construção, Formato: Barrote, Características Adicionais: 15cm x 5cm; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	1000	Metro	83
59	444335 - Madeira Construção, Formato: Caibro, Largura: 5 CM, Espessura: 7 CM; Características Adicionais: de Qualidade Semelhante, Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Eucalipto Rosa ou Eucalipto Vermelho	600	Metro	50
60	318404 - Manta Asfáltica Composição: Asfalto Modificado Com Polímeros Especiais, Não Te, Apresentação: Rolo, Comprimento: 10 M, Largura: 1 M, Espessura: 3 MM, Aplicação: Impermeabilização E Revestimento	25	Rolo 10 Metro	2
61	356009 - Massa Corrida Tempo Secagem: 4 H, Composição Básica: Emulsão Acrílica Estirenada, Solubilidade: Água	20	Lata 18 Litro	1
62	223504 - Massa Corrida Método Aplicação: Com Espátula E Desempenadeira, Tempo Secagem: 3 H, Composição Básica: Pva - Policloreto De Vinila, Solubilidade: Água, Aplicação: Imperfeição Superfície Interna Para Pintura	50	Lata 18 Litro	4
63	241760 - Massa De Fixar Vidro Composição Básica: Óleo De Linhaça E Gesso, Aplicação: Vedação E Colocação De Vidros	40	Quilograma	3

64	249186 - Mourão Concreto Aplicação: Cerca Tela, Comprimento Total: 3,00 M, Comprimento Fora Solo: 2,50 M, Carga Útil: 100 KG, Carga Ruptura: 150 KG, Peso: 42 KG, Características Adicionais: Ponta Inclínada Com 50 Cm	40	Unidade	3
65	452457 - Mourão Madeira Tipo Madeira: Eucalipto Vermelho, Comprimento: 220 CM, Diâmetro Mínimo: 150 MM, Diâmetro Máximo: 250 MM, Características Adicionais: Madeira Tratada	30	Unidade	2
66	602554 - Porta-Cadeado Material: Metal Tratamento Superficial: Zincado Comprimento: 5 Pol Características Adicionais: Fecho Chato, Com Porta Cadeado	40	Unidade	3
67	600871 - Porta-Cadeado Material: Aço, Tratamento Superficial: Zincado, Comprimento: 63,5 MM, Características Adicionais: Acompanha 5 Parafusos Para Fixação	200	Unidade	16
68	621840 - Porta-Cadeado Material: Aço, Tratamento Superficial: Zincado, Comprimento: 110 MM, Características Adicionais: Acompanha 5 Parafusos Para Fixação	100	Unidade	8
69	444582 - Pregos Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Acabamento Superficial: Galvanizado, Bitola: 17X27	50	Pacote 1 Quilograma	4
70	238186 - Pregos Com Cabeça Material: Arame Para Pregos, Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Diamante, Acabamento Superficial: Polido, Bitola: 18 X 24	50	Pacote 1 Quilograma	4
71	333253 - Pregos Com Cabeça Material: Aço Carbono, Tipo Cabeça: Liso, Tipo Ponta: Comum, Bitola: 19X36	30	Pacote 1 Quilograma	2
72	214390 - Pregos Cabeça Dupla, 18 X 27, Com Quantidade Aproximada De 206 Pregos Por Quilo. O Padrão Métrico Oficial Deve Ser O Definido Pela Norma Nbr 6627.	30	Pacote 1 Quilograma	2

73	214389 - Prego Com Cabeça Dupla Material: Arame Para Prego, Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada, Distância Entre Cabeças: 5 MM, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Diamante, Acabamento Superficial: Polido, Bitola: 18 X 30	30	Pacote 1 Quilograma	2
74	443410 - Prego Com Cabeça Material: Arame, Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Diamante, Acabamento Superficial: Polido, Bitola: 25 X 72	10	Pacote 1 Quilograma	10
75	444584 - Prego Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Acabamento Superficial: Galvanizado, Bitola:18X30	50	Pacote 1 Quilograma	4
76	373307 - Prego Com Cabeça Material: Aço Carbono, Tipo Cabeça: Liso, Tipo Ponta: Comum, Bitola: 10X10	40	Pacote 1 Quilograma	3
77	444585 - Prego Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Acabamento Superficial: Galvanizado, Bitola: 19X39	50	Pacote 1 Quilograma	4
78	214464 - Prego Telheiro Galvanizado Com Borracha De Vedação Para Telha Metálica E Fibrocimento, 18 X 36 Corpo Espiralado. Características Adicionais: Pacote 500g	50	Pacote 1 Quilograma	4
79	214460 - Prego Telheiro Galvanizado Com Borracha De Vedação Para Telha Metálica E Fibrocimento, 18x27, Corpo Espiralado. Características Adicionais: Pacote 500g	50	Pacote 1 Quilograma	4
80	233376 - Argamassa Composição: Cimento, Calcário E Aditivos, Cor: Branca, Aplicação: Rejunte De Placas Cerâmicas Em Pisos E Paredes, Características Adicionais: Antifungos E Impermeável	100	Saco 1 Quilograma	8
81	400913 - Argamassa Composição: Cimento Portland, Agregados Minerais, Pigmentos; Tipo: Rejunte, Cor: Cinza	100	Saco 1 Quilograma	8

82	483687 - Revestimento Piso Material: Cerâmica, Aplicação: Pisos Em Geral, Largura: 50 CM, Comprimento: 50 CM, Características Adicionais: Esmaltado, Padrão: Pei 4	400	Metro Quadrado	33
83	610902 - Revestimento Piso Material: Cerâmica, Aplicação: Pisos Em Geral, Largura: 60 CM, Comprimento: 60 CM	400	Metro Quadrado	33
84	600788 - Revestimento Cerâmico, Classe Abrasão:Pei 4, Cor:Bege, Comprimento:40 Cm, Largura:40 Cm, Aplicação:Pisos Em Geral	400	Metro Quadrado	33
85	298332 - Revestimento Cerâmico Classe Abrasão: Pei 4, Cor: Gelo, Comprimento: 30 CM, Largura: 30 CM, Aplicação: Pisos Em Geral, Características Adicionais: Antiderrapante	400	Metro Quadrado	33
86	621544 - Revestimento Piso Material: Porcelanato Largura: 60 CM Comprimento: 60 CM Acabamento: Natural Cor Básica: Cinza	400	Metro Quadrado	33
87	227093 - Ripa Material: Madeira, Espécie: Eucalipto, Comprimento: 2,50 M, Largura: 5 CM, Espessura: 2 CM	200	Unidade	16
88	610569 - Ripa Material: Madeira, Espécie: Eucalipto, Comprimento: 3 Metros, Largura: 5 CM, Espessura: 2,5 CM	200	Unidade	16
89	433168 - Rodapé Material: Madeira, Acabamento: Boleado, Aplicação: Construção, Espessura: 2,50 CM, Altura: 7 CM	1000	Metro	83
90	446761 - Silicone Poliuretano Pu36, Cor Cinza, Tubo Com 310 MI/365g, Composição Básica Polímeros Sintéticos, Cargas Minerais E Isocianato, Aplicação Colagem E Vedação De Juntas.	50	Tubo 300 Grama	4
91	250193 - Tela Metálica, Material: Arame Galvanizado, Tipo Tela: Alambrado, Tipo Abertura Malha: Losangular, Tamanho Abertura Malha: 2 Pol, Diâmetro Fio: 12, Comprimento: 20 M, Altura: 2 M	25	Rolo 20 Metro	2

92	213846 - Tela Metálica, Material: Arame Galvanizado, Tipo Tela: Alambrado, Tipo Abertura Malha: Retangular, Tamanho Abertura Malha: 5x10 CM, Diâmetro Fio: 1,90mm, Comprimento: 25 M, Altura: 2 M	50	Rolo 25 Metro	4
93	472732 - Tela Metálica; Material: Aço Ca-60; Altura: 3 M; Aplicação: Construção Civil; Comprimento: 2 M; Tipo Tela: Soldada; Abertura Malha: Nervurada; Tamanho Abertura Malha: 15cm X 15 Cm; Diâmetro Fio: 4,20 mm	50	Unidade	4
94	602738 - Tela Metálica; Material: Aço; Tipo Tela: Soldada; Tipo Abertura Malha: Nervurada; Tamanho Abertura Malha: 10 X 10 Cm; Diâmetro Fio: 4,20 mm; Comprimento: 3 M; Aplicação: Concreto Armado; Largura: 2 M	100	Unidade	8
95	273792 - Tela Náilon Largura: 1,50 M, Aplicação: Mosquiteiro, Cor: Branca	7	Rolo 50 Metro	7
96	369780 - Tela Náilon Largura: 1,50 M, Aplicação: Mosquiteiro, Cor: Preta	7	Rolo 50 Metro	7
97	311125 - Tela Náilon Largura: 1,50 M, Tipo: Mosquiteiro, Cor: Verde	7	Rolo 50 Metro	7
98	624450 - Tela; Material: Polietileno Alta Densidade; Largura: 3 M; Cor: Preta; Aplicação: Sombreamento Em Estufa Agrícola; Características Adicionais: 80% De Sombreamento; Comprimento: 50 M	6	Rolo 50 Metro	6
99	614486 - Tela; Material: Polietileno; Largura: 3 M; Cor: Preta; Aplicação: Sombreamento; Características Adicionais: 50% De Sombreamento	6	Rolo 50 Metro	6
100	237552 - Telha Material: Fibrocimento, Tipo: Ondulada, Comprimento: 213 CM, Largura: 110 CM, Espessura: 6 MM	200	Unidade	16
101	237554 - Telha Material: Fibrocimento, Tipo: Ondulada, Comprimento: 244 CM, Largura: 110 CM, Espessura: 6 MM	200	Unidade	16
102	611390 - Telha Material: Aluzinco Galvalume, Tipo: Tp 40 Trapezoidal, Comprimento: 6 M, Largura: 1,05 M, Cor: Natural	130	Unidade	10



103	441549 - Telha Material: Aluzinco, Tipo: Ondulada, Comprimento: 3,00 M, Largura: 1,10	200	Unidade	16
104	231394 - Tijolo Furado, Material Barro Cozido, Tipo Frisado, Comprimento 24 Cm, Largura 9 Cm, Altura 19 Cm, Selo De Qualidade Psq, Quantidade Furos 8, Tipo De Furo Redondo, Cor Vermelha, Aplicação Construção Civil	8000	Unidade	8000
105	447914 - Tijolo Maciço, Material Barro Cozido, Comprimento 21 Cm, Largura 10 Cm, Altura 5,5 Cm, Cor Vermelha, Aplicação Construção Civil	3000	Unidade	3000
106	287375 - Tijolo Material: Barro Cozido, Tipo: Furado, Comprimento: 18 Cm, Largura: 15 Cm, Espessura: 10 Cm, Quantidade Furos: 6 Un, Características Adicionais: Primeira Qualidade	8000	Unidade	666
107	447916 - Tijolo Material: Silicato Cálcio, Tipo: Maciço, Comprimento: 23 CM, Largura: 11,4 CM, Espessura: 5,1 CM, Cor: Cinza, Aplicação: Construção Civil, Características Adicionais: Refratário	1000	Unidade	83
108	480867 - Trinco; Material: Aço Zincado; Aplicação: Porta; Tipo Encaixe; Barra Chata; Tipo Trava: Fixada; No Batente; Comprimento: 7,62 Cm; Largura: 40 mm; Quantidade Parafusos: 6 Un; Tipo Pino: Fixado Na Porta.	150	Unidade	12,5
109	283833 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12 M, Bitola: 1/2 Pol, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes	100	Unidade	8
110	236983 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12 M, Bitola: 1/4 Pol, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes	150	Unidade	12

111	236981 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12 M, Bitola: 3/16 Pol, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes	200	Unidade	16
112	361471 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Tipo: Ca-60, Comprimento: 12 M, Bitola: 5/16 Pol	200	Unidade	16
113	300465 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12 M, Aplicação: Construção Civil, Diâmetro: 16 MM	50	Unidade	4
114	372656 - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-60 Bitola: 5 mm	150	Unidade	12
115	361473 - Vergalhão Armação Concreto; Material: Aço; Tipo: Ca-60; Comprimento: 12 M; Bitola: 3/8 Pol	150	Unidade	12
116	222615 - Poste Concreto; Material: Concreto Armado, Comprimento Nominal: 7,5 Metros; Poste Padrão RGE, Trifásico com Cabo 16mm; Completo, com Caixa Interna, Cabos de Entrada e Saída.	4	Unidade	4
117	630186 - Armadura Metálica Para Concreto Material: Aço Ca-60, Tipo: Trelça, Comprimento: 6 M, Características Adicionais: Triangular, Composta Por Três Barras	100	Unidade	8
118	611483 - Forro Teto Material: Pvc, Comprimento: 6 M, Características Adicionais: Emenda Para Forro Pvc, Tipo: H, Aplicação: Forro Teto	100	Unidade	8
119	471799 - Tábua Madeira tipo: Pinus, Largura: 20 CM, Espessura: 2,5 CM; Comprimento: 3 metros	200	Unidade	16
120	471798 - Tábua Madeira tipo: Pinus, Largura: 30 CM, Espessura: 2,5 CM; Comprimento: 3 metros	200	Unidade	16
121	235377 - Madeira Construção Tipo Madeira: pinus, Formato: Tábua, Comprimento: 3 Metros, Largura: 15 CM, Espessura: 2,5 CM	200	Unidade	16
122	244454 - Marco Madeira; Tipo Madeira: Cedrinho ou Eucalipto Vermelho, Comprimento: 100 x 214 x 11 CM, Espessura: 3 CM, Aplicação: Fixação Portas	20	Unidade	1

123	251509 - Marco Madeira; Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Comprimento: 100 x 214 x 14 CM, Espessura: 3 CM, Aplicação: Fixação Portas	20	Unidade	1
124	480505 - Moldura Teto Material: Madeira, Formato: Meia Cana, Tipo Madeira: Pinus, Largura: 2 CM, Altura: 2 CM, Uso: Colocação De Forro Em Teto E Parede, Comprimento: 3 Metros	100	Unidade	8
125	628536 - Placa Compensado Tipo: Naval, Tipo Miolo: Lâminas De Madeira, Acabamento Externo: Laminado, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 10 MM	140	Unidade	11
126	292528 - Placa Compensado Tipo: Naval, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 15 MM	100	Unidade	8
127	373237 - Placa Compensado Tipo: Comum, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 8 MM	60	Unidade	5
128	340643 - Placa Compensado Tipo: Naval, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 12 MM	100	Unidade	8
129	288401 - Porta Tipo: Lisa, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Largura: 72 CM, Altura: 2,10 M, Espessura: 3 CM; Com 1 Jogo de Marco de madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, de 3 CM de Espessura e 17 CM de Largura; Com Jogos De Guarnição em Madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Para os Dois Lados e para a parte Superior; Lado Da Abertura Conforme Necessidade De Pedido.	20	Unidade	1

130	<p>288046 - Porta Tipo: Lisa, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Largura: 0,82 M, Espessura: 3 CM, Comprimento: 2,10 M;</p> <p>Com 1 Jogo de Marco de madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, de 3 CM de Espessura e 17 CM de Largura;</p> <p>Com Jogos De Guarnição em Madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Para os Dois Lados e para a parte Superior;</p> <p>Lado Da Abertura Conforme Necessidade De Pedido.</p>	15	Unidade	1
131	<p>329289 - Porta Tipo: Lisa, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Largura: 100 CM, Altura: 2,10 M, Espessura: 3 CM, Características Adicionais: Internamente Em Madeira Contra Placa;</p> <p>Com 1 Jogo de Marco de madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, de 3 CM de Espessura e 17 CM de Largura;</p> <p>Com Jogos De Guarnição em Madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Para os Dois Lados e para a parte Superior;</p> <p>Lado Da Abertura Conforme Necessidade De Pedido.</p>	15	Unidade	1
132	<p>462103 - Calha Metálica Material: Chumbo, Comprimento: 2 Metros, Largura: 20 Cm, Características Adicionais: Formato "U"</p>	100	Unidade	8
133	<p>220760 - Cumeeira De Fibrocimento, Tipo Ondulada Articulado Inferior, Espessura 6 mm, Largura 1,10 Metros, Inclinação 15º, Aplicação Cobertura</p>	70	Unidade	5

134	327364 - Cumeeira Material: Fibrocimento, Tipo: Ondulada, Inclinação: 10 GRA, Comprimento: 600 MM, Espessura: 6 MM, Largura: 1.100 M.	70	Unidade	5
135	443742 - Fita Antiderrapante Material: Filme De Poliéster, Largura: 5 CM, Cor: Preta, Comprimento: 30 Metros	15	Unidade	1
136	611016 – Porta, Tipo: Maciça, Material: Madeira, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Acabamento Superficial: Base Pintura, Largura: 74 CM, Altura: 2,13 M, Características Adicionais: Com 1 Jogo de Marco de madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, de 3 CM de Espessura e 17 CM de Largura; Com Jogos De Guarnição em Madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Para os Dois Lados e para a parte Superior; Lado Da Abertura Conforme Necessidade De Pedido.	15	Unidade	1
137	457441 – Porta, Tipo: Maciça, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Largura: 84 CM Altura: 2,13 M Características Adicionais: Com 1 Jogo de Marco de madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, de 3 CM de Espessura e 17 CM de Largura; Com Jogos De Guarnição em Madeira de Qualidade Equivalente ou Superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Eucalipto Vermelho, Para os Dois Lados e para a parte Superior; Lado Da Abertura Conforme Necessidade De Pedido.	15	Unidade	1

138	341209 - Porta Sanfonada, Material: Pvc - Cloreto De Polivinila, Cor: Branca, Largura:0,80 M, Altura:2,10 M, Espessura Mínima: 2 mm, Características Adicionais: Com Puxador E Trinco.	15	Unidade	1
139	222615 - Poste Concreto; Material: Concreto Armado, Comprimento Nominal: 7,5 Metros; Poste Padrão RGE, Monofásico; Completo, com Caixa Interna, Cabos de Entrada e Saída.	4	Unidade	1
140	353030 - Fio Material: Nylon, Bitola: 2,50 MM, Aplicação: Roçadeira, Tipo: Quadrado	50	Rolo 250 Metro	4
141	609247 - Fio Material: Nylon, Bitola: 3 MM, Aplicação: Roçadeira, Tipo: Quadrado, Bobina De 2 Kg	50	Rolo 200 Metro	4
142	471941 - Tela Tipo Concertina Tipo: Dupla Clipada, Formato: Espiras, Comprimento: 30 M, Diâmetro: 30 Cm	50	Unidade	4
143	480048 - Tela Tipo Concertina Tipo: Farpada, Formato: Espiras, Comprimento: 10 M, Diâmetro: 45 CM	50	Unidade	4
144	621677 - Pia Material: Aço Inoxidável, Tipo: Cuba Funda, Comprimento: 120 CM, Largura: 60 CM, Quantidade Cubas: 1 UN, Comprimento Cubas: 50 CM, Largura Cubas: 40 CM, Profundidade Cubas: 25 CM, Características Adicionais: Cuba No Centro	10	Unidade	10
145	481482 - Pia Material: Aço Inoxidável, Tipo: Liso, Comprimento: 200 CM, Largura: 55 CM, Quantidade Cubas: 2 UN, Comprimento Cubas: 40 CM, Largura Cubas: 34 CM, Profundidade Cubas: 15 CM	10	Unidade	1
146	462070 - Pia Material: Mármore, Tipo: Sintético, Comprimento: aproximadamente 1,22 M, Largura: aproximadamente 55 CM, Quantidade Cubas: 1 UN, Comprimento Cubas: 30 CM, Largura Cubas: 46 CM, Profundidade Cubas: 14 CM, Espessura: 6 MM, Material Cuba: Aço Inox	10	Unidade	1

147	617119 - Pia Material: Aço Inoxidável, Tipo: Cuba Funda, Comprimento: 1.20 M, Largura: 0,60 M, Quantidade Cubas: 1 UN, Comprimento Cubas: 50 CM, Largura Cubas: 40 CM, Profundidade Cubas: 25 CM Características Adicionais: Cuba Do Lado Esquerdo	10	Unidade	1
148	236586 - Maçaneta Material: Latão, Tipo: Alavanca, Acabamento: Cromado, Características Adicionais: Com Ponta Arredondada	30	Unidade	2
149	236587 - Maçaneta Material: Latão, Tipo: Bola, Acabamento: Cromado	30	Unidade	2
150	302939 - Porta Material: Alumínio, Largura: 0,80 M, Altura: 2,10 M, Características Adicionais: Com Janela de Vidro, Moldura em Alumínio, Dobradiça E Fechadura	6	Unidade	1
151	302939 - Porta Material: Alumínio, Largura: 1,20 M, Altura: 2,10 M, Características Adicionais: Com Janela de Vidro, Moldura em Alumínio, Dobradiça E Fechadura, Com 2 Folhas	6	Unidade	1
152	611016 - Porta, Padrão Madeira: de Qualidade Equivalente ou superior a qualidade da Madeira de Cedro, Angelim ou Imbuia; Largura: 80 CM, Altura: 1,30 M, Características Adicionais: Porta Dupla de Madeira, tipo Bang Bang	4	Unidade	1
153	615238 - Dobradiça Porta Material: Aço, Aplicação: Porta De Madeira, Características Adicionais: Dobradiça para Portas Tipo Vai e Vem, com Mola de Fechamento Automático com Ajuste, para Portas tipo Bang Bang; tamanho: 3 Pol; Com Mola Interna e com 8 Parafusos para Fixação	20	Unidade	20
154	615238 - Dobradiça Porta Material: Aço, Aplicação: Porta, Características Adicionais: Dobradiça para Portas Tipo Vai e Vem, com Mola de Fechamento Automático com Ajuste; tamanho: 3 Pol; Com Mola Interna e com 8 Parafusos para Fixação	20	Unidade	20

155	615238 – Dobradiça Encaixe Porta Material: Alumínio; Aplicação: Porta De Alumínio; Características Adicionais: Com Duas Abas	20	Unidade	20
<p>1.2. Vale ressaltar que a estimativa das quantidades dos materiais a serem adquiridos foi elaborada com base nos dados analisados dos registros de consumo de materiais de construção dos últimos 12 meses, com base nos dados e controle do almoxarifado (SISCOFIS), necessidades já identificadas pelas seções, possíveis obras já mapeadas pela unidade e, também, foi aplicada margem técnica para evitar desabastecimento em caso de possíveis eventos que surjam, garantindo continuidade das atividades durante todo o período de vigência da ata.</p>				



# PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

**SÉTIMO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO (160435)**

## OBJETO

Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.072.048,73

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/04/2026 às 9h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
8. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	16
11. DOS RECURSOS .....	17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20

## SETIMO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2026.

(Processo Administrativo nº64677.007817/2025-03)

Torna-se público que o(a) SETIMO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, CNPJ 09.551.850/0001-52, por meio do(a) Setor de Aquisição, Licitações e Contratos, sediado(a) CERRO DO DEPOSITO, S/N, bairro CENTRO, na cidade de SANTANA DO LIVRAMENTO/RS, CEP 97571000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção, destinados à manutenção predial e às atividades operacionais do 7 RC MEC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 155 (cento e cinquenta e cinco) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens com valor abaixo de R\$ 80.000,00, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,

de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, não será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2 empresas brasileiras;

7.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 SICAF;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1 conter vícios insanáveis;
- 8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.21. O Pregoeiro de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.22. O Pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.23. O Pregoeiro de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.24. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [compras@7rcmec.eb.mil.br](mailto:compras@7rcmec.eb.mil.br).

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.6 fraudar a licitação;

12.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [compras@7rcmec.eb.mil.br](mailto:compras@7rcmec.eb.mil.br).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: [compras@7rcmec.eb.mil.br](mailto:compras@7rcmec.eb.mil.br).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

14.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Santana do Livramento, 13 de abril de 2026.

**JOSIEL**  
**ALMEIDA DE AVILA**  
**AVILA:00301176078**  
**76078**  
**JOSIEL ALMEIDA DE AVILA - MAJ**  
Autoridade Competente

Assinado digitalmente  
por JOSIEL ALMEIDA  
AVILA:00301176078  
Data: 2026.04.13  
13:43:14-03'00'

## MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



### ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

Processo Administrativo nº *xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx*

Ata de Registro de Preços nº *XX/XXXX*

O(A) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*, com sede no(a) *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *[CNPJ]*, neste ato representado(a) pelo(a) *[cargo e nome]*, nomeado(a) pela Portaria nº *XX*, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no DOU de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, considerando o julgamento da *[licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica] OU [procedimento de contratação direta]*, para REGISTRO DE PREÇOS nº *...../202....*, publicada no *..... de ...../...../202.....*, processo administrativo nº *xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *[Edital de licitação] OU [Aviso da Contratação Direta]*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *[objeto]*, especificado(s) no(s) item(ns) *XX* do Termo de Referência, anexo *XX* do *[edital de licitação] OU [aviso da contratação direta]* nº *xxxx/xxxx*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

**OU**

3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

**OU**

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**Dos limites para as adesões**

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.10. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *[poderá] OU [não poderá]* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *[edital] OU [aviso de contratação direta]* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *[edital] OU [aviso de contratação direta]*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *[edital] OU [aviso de contratação direta]*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *[edital] OU [aviso de contratação direta]*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *[edital] OU [aviso de contratação direta]*.

*11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

## Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade